



Universidade Federal de Ouro Preto
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas
Departamento de Serviço Social



Monografia

Interlocuções do Movimento de Reconceituação em Iberoamérica: aproximações aos Métodos Básico do Chile, Método BH e Método Básico Colomer.

Ana Luiza Rodrigues Pereira

Mariana, MG
2023

Ana Luiza Rodrigues Pereira

Interlocuções do Movimento de Reconceituação em Iberoamérica: aproximações aos Métodos Básico do Chile, Método BH e Método Básico Colomer.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito à obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Área de concentração: Serviço Social

Orientadora: Prof^ª. Dra. Virgínia Alves Carrara

Mariana, MG
2023

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

P436i Pereira, Ana Luiza Rodrigues.
Interloquções do Movimento de Reconceituação em Iberoamérica:
aproximações aos Métodos Básico do Chile, Método BH e Método Básico
Colomer.. [manuscrito] / Ana Luiza Rodrigues Pereira. - 2023.
83 f.: il.: tab., mapa.

Orientadora: Profa. Dra. Virgínia Alves Carrara.
Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto.
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Graduação em Serviço Social .

1. Serviço social - Brasil. 2. Serviço social - Chile. 3. Serviço social -
Espanha. 4. Serviço social - Estudo e ensino. 5. Serviço social - Pesquisa.
I. Carrara, Virgínia Alves. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III.
Título.

CDU 364.4=134

Bibliotecário(a) Responsável: Essevalter De Sousa - SIAPE: 0.980.794



FOLHA DE APROVAÇÃO

Ana Luiza Rodrigues Pereira

Interlocuções do Movimento de Reconceituação em Iberoamérica: aproximações aos Métodos Básico do Chile, Método BH e Método Básico Colomer.

Monografia apresentada ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social

Aprovada em 29 de agosto de 2023.

Membros da banca

[Dra.] -Virgínia Alves Carrara - Orientador(a) (Universidade Federal de Ouro Preto)
[Ms.] - Miguel Ángel Oliver Perelló - (Universitat de Illes Balears)
[Dra.] -Virgínia Alves Carrara - (Universidade Federal de Ouro Preto)
[Dra.] - Rosana de Matos-Silveira - (Universidade de Granada)

[Virgínia Alves Carrara -], orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 31/08/2023.



Documento assinado eletronicamente por **Virginia Alves Carrara, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 31/08/2023, às 20:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0584232** e o código CRC **8C4A674C**.

À minha mãe Luciana e ao meu avô José Eustáquio, que sempre acreditaram em mim. Sem a confiança de vocês, este trabalho não se realizaria. Dedico aos dois essa monografia e todo meu amor incondicional.

AGRADECIMENTOS

Entre os gestos mais belos e genuínos que podemos oferecer a alguém, encontra-se o ato de agradecer. Quando dei início a este trabalho, talvez meus agradecimentos fossem mais simples e breves, apenas uma pequena parte deste denso projeto que construí. No entanto, à medida que a vida seguiu seu curso, muitas coisas mudaram, e meus agradecimentos também se transformaram.

Foram meses desafiadores, em várias ocasiões, cheguei a duvidar que conseguiria concluir esta jornada. Contudo, graças a pessoas incríveis, alcancei este momento, e é por isso que tenho inúmeras gratidões a expressar.

Primeiramente devo agradecer ao ensino público e de qualidade. Terei muito orgulho de dizer que me graduei em Serviço Social pela Universidade Federal de Ouro Preto. Vivi tempos difíceis na graduação, com um governo cheio de cortes e uma pandemia no meio, mas a Universidade Pública seguiu resistindo, espero que os próximos anos sejam de esperança para o ensino gratuito.

Agradeço ao Departamento de Serviço Social, ao corpo docente qualificado, sem dúvidas eu não teria uma formação tão crítica e de qualidade sem as/os professores incríveis que tive nesses quatro anos de graduação. Em especial à Sara e Vanderlei, que fui monitora, e à Adriana, que me fez me apaixonar por Fundamentos do Serviço Social.

Meu sincero agradecimento a mim mesma, não de forma individualista, mas como um reconhecimento da minha coragem. A jornada que percorri foi desafiadora, mas eu me reergui e hoje concluo essa etapa. Embora não romantize os momentos difíceis pelos quais passei, hoje consigo enxergá-los sob uma nova perspectiva.

À minha mãe, a pessoa mais forte e inspiradora que já conheci. Ao longo da minha jornada acadêmica, percebi o quanto carrego em mim traços e valores que herdei de você, algo que nem sempre foi claro para mim, principalmente quando iniciei essa trajetória da faculdade. Hoje, reconheço como as nossas diferenças nos aproximam e tornam a nossa relação verdadeiramente única.

Não me esqueço do dia da fila de matrícula; um sábado de julho ensolarado, e você estava ao meu lado, disposta a esperar na fila. Lembro-me claramente de suas palavras: “Fica na sombra, para não fazer mal à sua pele”. Esse simples gesto revela muito sobre quem você é a pessoa que sempre me coloca em primeiro lugar, mesmo que isso implique em sacrifícios.

Ao meu pai José Geraldo, pela calma e sabedoria constantes que têm norteado nossa relação. Sua presença representa um pilar de equilíbrio em nossa família, e reconheço o privilégio que é tê-lo em minha vida. Sua tranquilidade é notável e inspiradora, e acredito sinceramente que aqueles que têm o privilégio de compartilhar sua companhia colhem imensa sorte. Me considero um sujeito de sorte, e posso afirmar com convicção que nossa ligação é verdadeiramente maravilhosa. Além disso, muito obrigada por ter me apresentado Raul Seixas.

Ao meu irmão Leandro faltam palavras para expressar todo sentimento de gratidão, eu sempre falo e repito: Leandro é a minha pessoa favorita do mundo. Nunca me esqueço a primeira vez que te vi, foi o sentimento mais lindo do mundo, naquele momento eu entendi de verdade o que era amor e carinho. Meu irmão trouxe luz e felicidade para o lar da minha família, quero que um dia você leia esses agradecimentos e entenda o quanto a irmã é grata pela sua existência.

Às minhas amadas avós, quanta sorte tive por ter crescido tão perto de vocês. Minha querida avó Lia, que agora reside no céu, é a saudade que mais aperta meu coração. Há momentos em que me pego pensando o quanto você estaria repleta de orgulho. Você sempre depositou fé e confiança em mim, e enquanto escrevo estas palavras, a saudade que sinto é como um abraço seu que gostaria de receber. Minha vizinha Augusta a mulher com a personalidade mais forte, acho que você é a mulher mais feminista que eu conheço, apesar de mal saber o que é. Você criou seus filhos, superou a perda de uma filha, ajudou a criar os netos e mesmo assim continua com sorriso no rosto e com esperança, você pra mim é isso: esperança.

Meu avô Zé Barbudo, você merece um parágrafo único, na realidade, você merece um livro, que fale o quanto você é o melhor avô do mundo. Minhas melhores lembranças são com você. Obrigada por todos os dias sem nenhuma falha de ter ido na escola, me levar lanche, pois eu não podia ficar sem comer. E por ter me ligado todos os dias durante a graduação e perguntando se eu estava precisando de algo. Nossa relação é singular.

Ao meu amigo Alexandre, 14 anos de amizade não são 14 meses. Você esteve comigo nos momentos mais eufóricos e também os mais tristes. Amo nossas conversas e reflexões, principalmente o fato de que você sempre me faz questionar o universo. Se eu fosse resumir nossa relação sem dúvidas seria: afeto.

Vitor, meu companheiro e amor da vida, você me mostra todos os dias como o amor é tranquilo e acolhedor. Ainda bem que a gente se encontrou, e que você me chamou para ir ao Passo com você, mesmo que a gente se conhecesse por apenas um dia.

À Isabela, Ana Carolina e Laiza, amigas que sempre me tiram sorriso e que confio de uma forma inexplicável. Vocês são mulheres incríveis

Pedro Henryque, mais conhecido como Ph da Banda Eva, você salva os meus dias, a pessoa com o humor mais ácido do planeta e sincero. A certeza que posso contar com você em qualquer momento é um conforto. Espero que ainda possamos ir curtir o carnaval de Salvador. Você é meu orgulho e inspiração acadêmica. E, é claro, não posso deixar de agradecer novamente pelas mil canetas que você trouxe do Canadá.

Pedro Vitor, o melhor presente que a UFOP poderia me proporcionar: a sua amizade é um abraço bem apertado, amo a maneira única como nos comunicamos e compreendemos um ao outro. Em momentos de desânimo, foi a você que recorri. Obrigada por ter me escolhido como madrinha do Caju, e também por compartilhar comigo o prazer aparentemente fútil por Gossip Girl.

À Bárbara, me lembro do nosso primeiro contato pelo WhatsApp, um momento que já trouxe uma sensação de confiança profunda. Você é magnífica, genial, tem uma bondade e brilho que são admiráveis. Que sorte por nossos destinos terem se entrelaçado. Sinto saudades diárias de quando compartilhamos o mesmo quarto, daqueles momentos em que nos deitamos na cama e ficamos jogando conversa fora. Você deu vida aos instantes mais memoráveis que já vivi, e por isso, eu agradeço profundamente, minha irmã.

João Caio, meu primeiro companheiro do Serviço Social, foram provas, seminários, artigos e projetos juntos. Você merece o mundo, e sei que você tem muito a contribuir na pesquisa em Serviço Social.

À Monique, você fez meu mundo virar de cabeça pra baixo, mas em um bom sentido. Obrigada pelas conversas no estágio, pelas frutinhas que comemos e paieros que fumamos, porque a vida é isso um equilíbrio.

Ao Guilherme Costa, por escutar minhas reclamações, me mandar memes e vídeos engraçados, você sem dúvidas faz os meus dias mais alegres.

À Gisa, amiga que me fez amadurecer, me ensinou como se usa temperos na comida, e que sempre está disposta a dividir um pastel e a vida comigo.

Júlia Siqueira (Lobita), por sempre se lembrar de mim, até quando pareceu que todos se esqueceram. Eu tenho uma enorme gratidão pela nossa conexão de irmãs ruivas.

Giovanna (Madre), acho que se fossemos gêmeas como todo mundo diz, nós não seríamos tão parecidas. Obrigada por todos os rocks, todas as idas ao iaiade, por confiar em

mim para pintar seu cabelo. Eu nunca vou esquecer da nossa briga segunda-feira de carnaval pós PifPaf

Aos meus amigos de república, que fizeram eu viver as maiores loucuras desse mundo: Oitavana, Kiubiu, Pomarola, Peppa, Mamute, McLovin, Kotonete, Respira, Sugar, Papinho, Dylado, PaiduRalo, eu amo vocês e todos nossos momentos.

Agradeço a todos que passaram de alguma forma pela minha vida em Ouro Preto e Mariana, a turma do Serviço Social 18.2, todos nossos debates foram essenciais à minha formação. Durante esses anos, tive crises de riso e de choro, mas nunca me faltou coragem e esperança. E, como diria um cantor que gosto muito, “tenho sangrado demais, tenho chorado pra cachorro; ano passado eu morri, mas esse ano eu não morro”. Concluo esse trabalho e o curso com a certeza de que o futuro me reserva grandes surpresas e muita coragem.

Por fim, não menos importante, à professora Virgínia, que me orienta desde 2020. Foram projetos, iniciação científica, artigo, trabalho na Rede; você sempre confiando no meu potencial. Aprendi tanto com você que não consigo colocar em palavras. Você é uma mulher incrível, uma profissional inspiradora e um ser humano justo. Nenhum agradecimento é capaz de traduzir a gratidão que tenho pela paciência e empatia que você teve comigo nesse trabalho de conclusão de curso. Espero que tenhamos muitos projetos pela frente.

*O outro
que há em mim
é você
você
e você
assim como
eu estou nele
em nós
e só quando
estamos em nós
estamos em paz
mesmo que esteamos sós.
(LEMISKI, 2013, p.19)*

RESUMO

Este estudo teve como propósito realizar uma análise crítica da trajetória do Movimento de Reconceituação Ibero-americano, concentrando-se especialmente nas experiências do Chile, Brasil e Espanha. A investigação abrangeu as complexas interações entre os contextos sociais, políticos, econômicos e culturais que influenciaram o desenvolvimento dos Fundamentos Teóricos Metodológicos que hoje permeiam o projeto profissional do Serviço Social. Minha motivação para abordar esse tema originou-se tanto da afinidade que desenvolvi pelas disciplinas relacionadas durante a graduação, quanto da compreensão da centralidade dos Fundamentos Teóricos Metodológicos para a prática profissional autêntica, que vai além da superfície. Durante meu período de estágio em dois diferentes equipamentos, pude claramente identificar a relevância da assimilação desses fundamentos teóricos metodológicos no dia a dia do exercício do Serviço Social. O primeiro capítulo deste trabalho empreendeu uma contextualização detalhada das dinâmicas políticas, econômicas, sociais e culturais na América Latina e Espanha entre 1960 e 1980. O segundo capítulo direcionou-se para os movimentos e lutas contra a dependência, imperialismo e capitalismo nesse período, tanto na América Latina quanto na Península Ibérica. Encerrando o estudo, dediquei uma análise ao estudo dos Métodos elaborados durante o Movimento de Reconceituação Ibero-americano nos países supramencionados. O resultado desse estudo amplia nossa compreensão sobre a relevância da formulação desses Métodos para os atuais Fundamentos Teóricos Metodológicos do Serviço Social, contribuindo para uma apreensão mais profunda da natureza e da importância dessas bases para a prática contemporânea do campo.

Palavras-chave: Serviço Social, Iberoamérica, Fundamentos Teóricos Metodológicos, Movimento de Reconceituação, Métodos.

ABSTRACT

The purpose of this study was to carry out a critical analysis of the trajectory of the Ibero-American Reconceptualization Movement, focusing especially on the experiences of Chile, Brazil and Spain. The investigation covered the complex interactions between the social, political, economic and cultural contexts that influenced the development of the Theoretical Methodological Foundations that today permeate the professional project of Social Work.

My motivation for tackling this topic stemmed both from the affinity I developed for the related disciplines during my undergraduate studies, and from my understanding of the centrality of the Theoretical Methodological Foundations to professional practice. During my internship at two different facilities, I was able to clearly identify the relevance of assimilating these theoretical methodological foundations in the day-to-day practice of Social Work. The first chapter of this work provides a detailed contextualization of the political, economic, social and cultural dynamics in Latin America and Spain between 1960 and 1980. The second chapter focused on the movements and struggles against dependency, imperialism and capitalism in this period, both in Latin America and the Iberian Peninsula. At the end of the study, I dedicated an analysis to the study of the Methods elaborated during the Ibero-American Reconceptualization Movement in the countries mentioned. The result of this study broadens our understanding of the relevance of the formulation of these Methods for the current Theoretical Methodological Foundations of Social Work, contributing to a deeper apprehension of the nature and importance of these foundations for contemporary practice in the field.

Keywords: Social Work, Ibero-America, Theoretical and Methodological Foundations, Reconceptualization Movement, Methods.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1: O CONTEXTO SOCIAL ECONÔMICO, POLÍTICO E CULTURAL DA IBERO AMERICANO 1960-1980.	18
1.1 A expansão do capitalismo na América Latina 1960-1980	18
1.1.1 Desenvolvimento de Comunidade: estratégia de contenção de movimentos e lutas anticapitalistas	27
1.2 Movimentos e Lutas Sociais na América Latina e Espanha entre 1960-1980	30
CAPÍTULO 2: A PROFISSÃO NA HISTÓRIA: MOVIMENTO DE RECONCEITUAÇÃO LATINO AMERICANO E ESPANHOL	49
2.1. Serviço Social, lutas e movimentos contestatórios: insurgência acadêmica e política	55
2.2. Os métodos básicos: expressão da recusa as concepções clássicas	60
2.2.1 O Método Básico do Chile	64
2.2.2 O Método BH	68
2.2.3 Método Básico Monserrart Colomer	71
CONCLUSÕES	77
REFERÊNCIAS	80

INTRODUÇÃO

“A história de todas as sociedades até hoje existentes é a história das lutas de classe” (MARX e ENGELS, 2015, p. 40).

Neste trabalho objetivou-se aproximar dos Fundamentos Teóricos Metodológicos do Serviço Social e o processo de Reconceituação do Serviço Social na América Latina com repercussões no Trabajo Social¹ em Espanha. O tema apresentado para o estudo deste trabalho, surgiu a partir do interesse que fui desenvolvendo ao longo do curso com os estudos relacionados aos Fundamentos Teóricos Metodológicos do Serviço Social. Durante o percurso da minha graduação, fui monitora das disciplinas “SS032 – Fundamentos do Serviço Social II e SS033 – Acumulação Capitalista e Questão Social”. Além disso, participei das pesquisas “Movimento de Reconceituação América Latina (MRLA) e os Métodos Básicos do Chile e da Espanha: interlocução com o Método BH”, e “Fundamentos Históricos e Teóricos do Serviço Social na Europa (Espanha, Portugal e Reino Unido). Antecedentes, tendências e desafios”. Para mais, fui bolsista do Programa de Incentivo à Diversidade e Convivência/PIDIC, com o projeto “Clube de Leitura Maria Carolina de Jesus” nos anos de 2020, 2021 e 2022. Juntamente com os projetos apresentados, participo da “Rede Ibero Americana de Investigação em Serviço Social”, como bolsista voluntária, desde 2021. Todas estas atividades formativas contribuíram significativamente para o aprimoramento da minha escrita e leitura acadêmica, habilidades de comunicação e desenvoltura em sala de aula, além de me permitirem cumprir com o que considero o tripé fundamental da Universidade: Pesquisa, Ensino e Extensão. O contato com pessoas de diferentes cursos e regiões do país proporcionou uma experiência enriquecedora que, sem dúvida, contribuiu enormemente para o meu crescimento pessoal e profissional.

¹ Utilizaremos a terminologia *Trabajo Social* quando tratarmos da profissão de Serviço Social em Espanha, tal como a profissão é a nominada; e *servicio social/servicios sociales* para o sistema de proteção social espanhol quando o tema assim for apresentado, mantendo a escrita no idioma espanhol. Quando referirmos a profissão no Brasil manteremos Serviço Social, como nesta latitude ela é reconhecida.

Com meu ingresso no campo de estágio, pude conhecer diferentes modos de atuação profissional, a expressar inclusive antagonismo ao atual Projeto Ético-Político Profissional defendido pelo Conjunto CFESS/CRESS, ABEPSS e ENESSO. Isto foi possível a partir do acúmulo construído pelo percurso supracitado, e especialmente pelas reflexões e análise crítica realizadas na disciplina de Oficina de Estágio momento em que fomos a campos de estágio, discutimos as políticas, fizemos leituras de apoio à disciplina e para o desenvolvimento do projeto). Cheguei à conclusão que nem todos os profissionais da área tinham a mesma concepção dos Fundamentos do Serviço Social, e muitas vezes atuam em direção contrária a Lei de Regulamentação da Profissão 8663/93, que dispõe sobre as competências e atribuições privativas das/dos Assistentes Sociais, e do Código de Ética de 1993. Durante a minha inserção em campo de estágio, fui estagiária em dois equipamentos da Política Nacional de Assistência Social², sendo eles: O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) na cidade de Perdões- MG e na Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação de Ouro Preto-MG. Tais equipamentos exigem atribuições e requisições distintas das/dos profissionais de Serviço Social, por serem políticas sociais que enfocam necessidades sociais também distintas. No entanto, o cotidiano profissional e o trabalho profissional, em ambos serviços e em qualquer outro espaço sócio-ocupacional devem ser ancorados no atual Projeto Ético Político do Serviço Social, que de acordo com o Código de Ética os onze princípios fundamentais devem ser referência e norte para a intervenção da/do assistente social.

Estagiando nesses equipamentos escutei comentários por parte das/dos Assistentes Sociais como “*Aqui no CRAS a gente conhece realmente o Serviço Social na prática, o curso é muito Marx, nem sei para que estudar tantos textos*”; “*O curso de Serviço Social da UFOP é muito bom, mas ficamos muito na teoria, não preparam a gente para concurso*”. Afirmações como essas eram recorrentes no dia a dia do estágio, me fazendo questionar qual era a concepção dos Fundamentos Teóricos Metodológicos que essas profissionais tinham.

² Na Espanha a política equivalente à Assistência Social são as políticas de Servicios Sociales.

Além disso, durante a disciplina de Oficina de Estágio e as visitas nos equipamentos, identifiquei a diversidade de postura, de “modos de ser” profissional das/dos Assistentes Sociais, como por exemplo: profissionais que tinham o Código de Ética em suas salas de atendimentos, para que pudessem recorrer a ele; profissionais que nos apresentou que estavam em constante estudo sobre as “expressões da Questão Social”; as dificuldades do cotidiano profissional e também os avanços como obter uma sala própria para o atendimento, respeito por parte da equipe com o armário onde ficam arquivados documentos, respeito sobre o horário de atendimento, que deve ser um momento de sigilo profissional. No entanto, outros profissionais se recusaram a receber os alunos da disciplina de Oficina de Estágio, alegando excesso de trabalho ou falta de espaço para a recepção.

Segundo a Política Nacional de Estágio da ABEPSS, o estágio ele “se constitui num instrumento fundamental na formação da análise crítica, capacidade interventiva, propositiva e investigativa do estudante, que precisa apreender os elementos concretos que constituem a realidade social capitalista e suas contradições, de modo a intervir, posteriormente, como profissional, nas diferentes expressões da questão social, que vêm se agravando diante do movimento mais recente de colapso mundial da economia, em sua fase financeira, e de desregulamentação do trabalho e dos direitos sociais” (Política Nacional de Estágio da ABEPSS, 2010, p.11). O estágio obrigatório em Serviço Social representa um momento privilegiado para as(os) alunas(os), mas pode haver situações, como exemplificado pela negação de uma visita institucional por parte de um supervisor, que não vão de encontro ao Código de Ética e aos fundamentos teórico-metodológicos atuais da profissão. Isso demonstra que, ao longo da constituição dos fundamentos da profissão, nem todos os profissionais os adotaram de forma homogênea.

Os Fundamentos Teóricos Metodológicos do Serviço Social foram construídos da profissão na história, desde a sua emergência, 1932, até a contemporaneidade, com o atual projeto de formação profissional, que rompe com o tradicionalismo e o conservadorismo. Hoje, os fundamentos teóricos metodológicos da profissão podem ser explicados como os referentes explicativos da realidade e da profissão, sob as perspectivas: histórico-ontológica, teórico metodológica, ideocultural, ética política e técnico operativa. Essa explicação acerca dos fundamentos foi retirada do projeto de pesquisa que faço parte, nomeado “*Fundamentos Históricos e Teóricos do Serviço Social na Europa (Espanha, Portugal e Reino Unido). Antecedentes, tendências e desafios*”.

No Brasil, como matriz orientadora da profissão, os Fundamentos vão se constituir em base para o projeto profissional, imprimindo-lhe uma direção social hegemônica, que na atualidade se expressa em uma abordagem histórico crítica fundada na Teoria Social de Marx e na Tradição Marxista. Esse projeto de formação está sustentado por um projeto societário, que busca uma sociedade emancipada que reafirma a liberdade e a justiça social (CFESS, 2021). Os Fundamentos se expressam no cotidiano profissional, de forma que para responder às demandas que chegam nos espaços sócio-ocupacionais, seja por meio de relatórios, abordagens coletivas, individuais, planejamento; a/o assistente social, recorrem as três dimensões do exercício profissional: a dimensão teórico-metodológica, a ético-político e a técnico-operativa. Dessa forma, na atuação dos profissionais irá se manifestar suas competências e atribuições (TEIXEIRA, 2019).

O Serviço Social tem como objeto de estudo e intervenção as “expressões da questão social” que pode ser entendida de acordo com Carvalho e Yamamoto (2006):

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão. (CARVALHO, IYAMAMOTO, p.77, 2006).

O Serviço Social, enquanto uma profissão legitimada e regularizada, possui uma função social histórica. O desenvolvimento do modo de produção capitalista e as novas formas de organização do trabalho, fez com que surgisse necessidades de novas profissões, assim o Serviço Social se vê inserido na divisão sócio técnica do trabalho e no processo de produção e reprodução das relações sociais. A profissão atua nas diversas formas de “expressões da questão social”, que segundo Carvalho e Yamamoto (2011, p.77) “É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão”.

Estudar os Fundamentos teóricos metodológicos da profissão, permite que as estudantes e profissionais da categoria, compreendam qual as racionalidades que embasam a profissão desde sua emergência, até o atual projeto ético político. Os processos sócio-históricos, acarretam profundas transformações no modo de se produzir e reproduzir, o Serviço Social, estando incluso na divisão sócio-técnica do trabalho passa por mudanças em seu interior, modificando assim seus instrumentos, permeando entre limites e desafios da contemporaneidade.

Pensar o desenvolvimento da profissão e a sua institucionalização, faz com que seja necessário a compreensão de que a sua emergência se deu através de determinações macrosociais e que as relações sociais estão submetidas pela ordem do capital. Segundo Yamamoto e Carvalho (2011, p.72) “a reprodução das relações sociais é a reprodução da totalidade do processo social, a reprodução de determinado modo de vida que envolve o cotidiano da vida em sociedade.”.

Netto (2007), assinala que na emergência da profissão, os Assistentes Sociais eram “executores terminais das políticas sociais”, ao longo do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, e as mudanças da contemporaneidade, a atuação do Assistente Social vai ganhando novas possibilidades de atuação para além da execução. Neste processo, como assinala Yamamoto:

Os Assistentes Sociais, estão sendo chamados a atuar na esfera da formulação e avaliação de políticas e do planejamento, gestão e monitoramento, inscritos em equipes multifuncionais. Ampliam seu espaço ocupacional para atividades relacionadas ao controle social, à implantação e orientação de conselhos de políticas públicas, à capacitação de conselheiros, à elaboração de planos e projetos sociais, ao acompanhamento e avaliação de políticas, programas e projetos sociais. (IAMAMOTO, 2010, p.372)

No entanto, através do meu estágio obrigatório, notei que nem todos os assistentes sociais possuem a mesma perspectiva e análise dos fundamentos teóricos metodológicos do Serviço Social e o projeto ético-político da profissão, muitas vezes tendo uma visão distorcida e equivocada dos mesmos. Por meio das observações no meu campo de estágio e visitas nos equipamentos dos demais discentes da disciplina “Oficina de Estágio II”, pude analisar, que possuem profissionais que ainda estão presos a concepção de que o Assistente Social são meros executores de políticas sociais, ou ocorre uma distorção das atribuições do profissional, de acordo com o equipamento sócio ocupacional que se encontra inserido.

As distorções das atribuições podem ser identificadas como assistente social realizando atribuição de coordenadores do equipamento, ou a gestão exigindo que as assistentes sociais realizassem tarefas como preenchimento de tabelas do Excel. Muitas vezes a distorção das atribuições não vem por parte das profissionais do Serviço Social, mas da equipe multiprofissional, devido a esse fato meu projeto de Intervenção de estágio foi uma cartilha onde eu apresentava o Serviço Social e as atribuições do Assistente Social no equipamento, essa cartilha foi compartilhada à equipe da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação de Ouro Preto.

Essas tendências, podem ser explicadas por vários motivos, como a falta de estrutura e investimento das políticas sociais no equipamento que o profissional atua, a própria estrutura do modo de produção capitalista, que coloca as políticas sociais como compensatórias e focalizadas, limitando assim a atuação da equipe multiprofissional, criando obstáculos que comprometem a realização plena do processo de trabalho do Assistente Social.

Entretanto, no meu estudo pretendo discorrer como a compreensão/concepção dos fundamentos teóricos metodológicos do Serviço Social, influenciam na prática profissional e na análise da totalidade do espaço que se está atuando. Sendo assim, busco tecer acerca dos diversos posicionamentos, racionalidades e lógicas que permeiam os assistentes sociais. Compreendendo que a categoria profissional não é homogênea e que existem vários projetos políticos em ação no interior do Serviço Social.

A sociedade capitalista vigente exige que as assistentes sociais³ exerçam uma prática favorável à lógica burguesa, para que tal lógica não seja questionada a fim de perpetuar um *ethos* dominante sob a sociedade. As instituições empregadoras demandam profissionais que administram conflitos de interesses do capital. Dessa forma, a assistente social enquanto profissional que intervêm na realidade social através de políticas públicas é direcionado a realizar práticas imediatas, fragmentadas e despidas de mediações, ou seja, práticas profissionais realizadas sem um conhecimento crítico acerca da realidade social. A lógica burguesa exige que os profissionais atuem de maneira acrítica, cumprindo funções que favoreçam e estejam de acordo com o que prega o capitalismo.

³ No Brasil as profissionais do Serviço Social são majoritariamente mulheres, de acordo com uma pesquisa desenvolvida pelo Conselho Federal de Serviço Social/CFESS em 2022 “Do universo total pesquisado, 41.083 profissionais ou 92,92%, se identificam com o gênero feminino, enquanto 3.083 destes, ou 6,97%, têm identificação com o sexo masculino.” (CFESS, 2022, p.23). No Chile, de acordo com Aspée e Campos (2018), Entre 2009 e 2015 dos 234.083 indivíduos que ingressaram no curso de Trabajo Social 81% foram mulheres e 19% homens.

No Serviço Social, disputas e tendências de projetos societários estão presentes desde o Movimento de Reconceituação na América Latina, e no Brasil desde o Processo de Renovação do Serviço Social. No entanto, após os anos 90 e as políticas sociais neoliberais ocorrem transformações que reconfiguram o Estado a fim de beneficiar o crescimento econômico em detrimento do social. Dessa forma, ocorre um aniquilamento dos direitos sociais, acentuando as “expressões da questão social” e desafiando os profissionais a cada dia enfrentá-las, ou ao menos amenizá-las.

Assim, abordei neste trabalho os Fundamentos Teóricos Metodológicos do Serviço Social na América Latina e qual a trajetória para chegarmos a atual concepção de Fundamentos. Para realizar essa trajetória a metodologia utilizada foi o estudo bibliográfico, no primeiro capítulo trouxe o contexto social, econômico político e cultural da América Latina, desenvolvi como se deu o processo de dependência latino-americana e os movimentos sociais e políticos que ocorreram entre 1960-1980 na América Latina, que influenciaram diretamente na profissão de Serviço Social.

Trazer o contexto latino-americano e brasileiro é necessário para desenvolver uma relação da crise do capital e as respostas que vêm sendo construídas a partir das políticas neoliberais, que acabam por reforçar a ideologia que sustenta a ordem do capital e aprofunda as desigualdades sociais. Afetando assim a condição de trabalho e vida da classe trabalhadora, como redução dos direitos trabalhistas, arrocho salarial, aumento da jornada de trabalho e aumento do exército industrial de reserva. Tais fatos incidem nas políticas sociais, no conservadorismo e no exercício profissional das Assistentes Sociais.

No segundo capítulo abordei o Movimento de Reconceituação Latino Americano, trazendo a historicidade da profissão a partir do movimento. Além disso, trouxe os métodos desenvolvidos pela profissão, tais métodos possuem uma ligação com os fundamentos da profissão, essa ligação foi explicada no segundo capítulo do trabalho. Os Métodos que tiveram ênfase foram: *Método Básico do Chile, Método BH e Método Colomer*.

CAPÍTULO 1: O CONTEXTO SOCIAL ECONÔMICO, POLÍTICO E CULTURAL DA IBERO AMERICANO 1960-1980.

1.1 A expansão do capitalismo na América Latina 1960-1980

*Não me peça que eu lhe faça uma canção como se deve
Correta, branca, suave, muito limpa, muito breve
Sons, palavras, são navalhas
E eu não posso cantar como convém
Sem querer ferir ninguém.
(Apenas um rapaz Latino Americano – Belchior)*

Este capítulo tem por objetivo caracterizar o contexto latino americano entre os anos de 1950-1980. É nesta franja histórica, que o modo de produção capitalista sob o hegemonismo norte-americano, especialmente sobre a América Latina, aprofunda a dependência e a subordinação dos diferentes países que compõem o continente, em um contexto de mudanças que ocorrem no cenário político, econômico, social e cultural após a Segunda Guerra. Após a Segunda Guerra Mundial, o modo de produção capitalista entrou em um período de expansão conhecido como ondas longas de crescimento, conforme descrito por Netto (2011). Entretanto, com o tempo, essas ondas de crescimento começaram a enfrentar crises, o que é uma das características intrínsecas ao ciclo de acumulações do modo de produção capitalista.

A Segunda Guerra Mundial impulsionou o desenvolvimento das forças produtivas do capitalismo, segundo Bambirra (2013). O subdesenvolvimento da América Latina, é fruto de três séculos de colonialismo e, ao estudar o capitalismo dependente latino-americano, não se pode deixar de analisar o período de escravidão do povo negro e dos povos originários nos países estudados, principalmente do Brasil. O sistema colonial, de acordo com Costa (2019, p. 19) “foi organizado nos diferentes setores, mineração, produção, agropecuária, para possibilitar a drenagem de riquezas da América Latina para a Europa, a fim de expandir o capitalismo na Espanha, na Holanda, na França, na Inglaterra e em Portugal”.

A colonização na América Latina propiciou a expansão do comércio Europeu, através da escravidão do povo negro e indígena, recorrendo-se a exploração e a dominação dos territórios. A acumulação primitiva dos países dominantes ocorreu diante do processo de colonização da América Latina. Compreender a acumulação primitiva, permite segundo Costa (2019) entender a lógica e essência do modo de produção capitalista.

A escravização de pessoas foi o processo de exploração da força de trabalho que desenvolveu a organização colonial nos países americanos, e possibilitou uma produção que se voltou para a exportação, o que favoreceu o acesso a bens primários e de subsistência à classe trabalhadora na Europa. Isso reduziu os custos das mercadorias necessárias para a produção da força de trabalho. Esse processo se estende até os dias atuais e se firma como veremos com o desenvolvimento do capitalismo na América Latina fundamentado na dependência- (COSTA, 2019, p. 38).

Desse modo, os países latino-americanos estabelecem bases sólidas para criação da grande indústria norte-americana, devido seus produtos agrícolas. Após o desenvolvimento industrial dos países dominantes, eles iniciam o processo de buscar maiores lucros e acumulações, “por isso investem consideravelmente no comércio com outros países, em financiamentos e empréstimos a outros países” (COSTA, 2019, p.45). Esse processo leva a exploração e subordinação, elevando a quantidade de mais-valia, na qual o capital produtivo ganha evidências. O capitalismo na América Latina se desenvolve de forma diferente, desde sua emergência ele depende dos países centrais. “É o mesmo capitalismo, porém gestado em uma região particular e fundamentado na dependência” (COSTA, 2019, p.47).

Para uma apreensão completa do conceito de capitalismo dependente, especialmente no contexto brasileiro, é imperativo analisar certos elementos conforme ressaltados por Costa (2019). Tanto a Espanha quanto Portugal se depararam com uma crise no seu modelo de exploração colonial, o que os levou a buscar fontes externas de financiamento. Essas nações não dispunham de uma estrutura econômica robusta para sustentar, financiar e explorar suas colônias. Como resultado, intensificaram a exploração das colônias, extraíndo delas a máxima quantidade de matéria-prima, como o ouro no Brasil e minerais no Chile. Essa dinâmica fez do Brasil uma colônia portuguesa e o Chile, espanhol.

A crise no modelo de exploração colonial desempenhou um papel fundamental no surgimento do fenômeno da dependência, e as estruturas econômicas que remontavam ao período colonial foram mantidas, perpetuando, assim, as contradições do antigo regime.

Outro elemento importante é a disputa dos países de capitalismo central nas colônias latino-americanas, algo presente na dependência – a subordinação. A subordinação leva ao subdesenvolvimento, sendo ele: econômico, social, político e cultural, promovendo uma modernização limitada e segmentada em todas as esferas da organização social. A dominação externa se desenvolve nos países latino-americanos através da exploração de matérias primas e da força de trabalho da classe trabalhadora.

Esse processo cria o que autores como Ruy Mauro Marini e Theotônio Santo, chamam de “Teoria de Dependência”, que surge através do processo de mudanças internas na América Latina de acumulação dependente do capital, que é uma das consequências do capitalismo imperialista. Marini (2001) irá apontar:

(...) entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. A consequência da dependência não pode ser, portanto, nada mais do que a maior dependência e sua superação supõe, necessariamente, a supressão das relações de produção nela envolvida (MARINI,1973, p.5).

Após a Segunda Guerra Mundial, e as transformações na estrutura da economia mundial, emerge o conceito de "super imperialismo" estadunidense, como destacado por Harvey (2019), caracterizado por aspectos político-militares concomitantes à predominância econômica. Nesse contexto, os Estados Unidos passaram a estabelecer novos acordos financeiros internacionais que resistiam a ameaças econômicas, como ocorreu na Alemanha no período pós-Primeira Guerra Mundial. Harvey (2019) ressalta que a volatilidade inerente ao sistema capitalista resulta em dificuldades, à medida que as mudanças nos países dominantes geram crises nas nações subjugadas, levando suas economias ao colapso.

Além disso, Harvey (2019) aponta que os Estados Unidos se opõem ao surgimento de poderes políticos em outras regiões, como a Ásia, com objetivo de preservar seu poder econômico, político e cultural em escala global. Para atingir essa meta, empregam meios militares para controlar o acesso a recursos petrolíferos em várias partes do mundo. Essa estratégia evidencia a dependência do imperialismo em relação à repressão e à violência como fundamentais para sua sustentação.

Ocorre assim, consequências fundamentais para o desenvolvimento capitalista, sendo algumas como: concentração de monopólio, principalmente nos setores tecnológicos, uma concentração de cientistas na América do Norte, muitos desses cientistas foram para os Estados Unidos fugindo do nazismo europeu, principalmente porque os monopólios patrocinavam esses cientistas e novas tecnologias em produção, Harvey (2019). Tais mudanças elevam os Estados Unidos a um novo patamar de produtividade, criando uma forma distinta e particular de sociedade americana, que se tornará modelo para outros países. Não sem intencionalidade, surge o lema amplamente difundido: “*American way of life*”.

Recorrendo-se aos EUA como exemplo (este se tornou uma grande potência econômica e política), o capitalismo encontra condições para consolidar o seu processo de expansão, seja nos setores empresariais, culturais, financeiros, políticos e militares. Desse modo, inicia-se o processo de levar esse modelo para os outros países e suas multinacionais e de introduzir o capital financeiro nesses países, colocando em prática o modelo de capitalismo dependente. Os países de capitalismo dominante se colocam como exemplo para os países dependentes. De maneira que, se eles seguissem as leis e os modelos de produção dos países dominantes, de acordo com a ideologia defendida pelos EUA, eles conseguiriam atingir o mesmo patamar daqueles. A crença era: países subdesenvolvidos se tornarão países capitalistas desenvolvidos ao adotarem o ideário político-econômico e cultural dos EUA. Entretanto, os países dependentes nunca experimentaram esse tipo de capitalismo, porque os países dominantes precisam explorar e dominar os demais países, para que eles consigam manter o seu padrão de concentração de capital.

Para compreender como ocorre a dependência capitalista nos países da América Latina, é necessário entender as mudanças que ocorrem no sistema capitalista, de forma que as mudanças nos países dominantes levarão às mudanças nos países dependentes. Os processos históricos e as alterações na forma de produção e reprodução das relações capitalistas, determinam novas formas de trabalho.

A super acumulação leva ao excedente de trabalho e ao excedente de capital. Estes são explicados por Netto e Braz (2006).

Numa palavra, do valor criado pela força de trabalho, a parte que excede o valor de sua produção/reprodução é apropriada pelo capitalista – a relação capital/trabalho, personalizada na relação capitalista/proletário, consiste, pois, na expropriação (ou extração, ou extorsão) do excedente devido ao produtor direto (o trabalhador): é nessa relação de exploração que se funda o MPC (NETTO e BRAZ, 2006, p.71-72).

Além disso, pode ser utilizado para abertura de novos mercados, formas de produtividade, recursos e investimentos em outros locais, como na América Latina. Quando se tem a junção dessas formas de investimento em capital, ocorre uma absorção de capital, principalmente em “condições de rápida expansão e intensificação geográfica” (HARVEY, 2004, p. 97). Desse modo, quando se realoca o excedente de capital, é exigido uma mediação do setor público, chamado por Harvey de “capital fictício”, que poderá ser atribuído em projetos futuros, para facilitar a acumulação. Quando não se tem esse capital fictício, se tem uma

desvalorização de determinada área, causando crises, um exemplo foi em 1973 nos EUA e a crise do mercado imobiliário, e também a crise de 2008. Frequentemente, ao acontecer essas crises, se busca ajustes para ela em outros lugares, havendo penetração de capital em outros países. De acordo com Harvey (2004, p.98) “O “ajuste” espaço-temporal, por outro lado, é uma metáfora das soluções para as crises capitalistas através da suspensão temporal e da expansão geográfica.”

Em suma, é importante compreender que se existe capital excedente, que não pode ser absorvido internamente, ele é enviado a outro espaço geográfico, para se tornar rentável. Assim, “os excedentes de mercadoria saem em troca da entrada de dinheiro ou mercadorias” (HARVEY, 2004, p.99). Tais medidas são paliativas e só funcionam a curto prazo. Esses novos espaços geográficos sofrem penetração de capital financeiro e se tornam dependentes dos países que são chamados de dominantes. Tal modelo funciona em condições de desenvolvimento demográfico desigual, tornando a longo prazo o território mais vulnerável e desigual.

Moljo *et. al* (2021) traz que é impensável não situar o imperialismo quando estamos discutindo a América Latina. A solução do modo de produção capitalista a partir da segunda guerra mundial, para manter sua dinâmica de reprodução, cria forte impacto nas estruturas de classe, dessa forma, os países de capitalismo dependente irão passar segundo as referidas autoras:

Pela submissão tecnológica, e pela obtenção de matérias primas e mercados consumidores úteis à economia mundializada. Trata-se da modernização conservadora, que adota procedimentos que, no geral, atualizam o modelo colonial; articula e associa traços locais com interesses multinacionais; imbrica resquícios do passado com interesses econômicos do presente, típicos das revoluções burguesas realizadas muito tardia e aceleradamente (Moljo, *et. al*. 2021, p.138).

Não sendo apenas um domínio das matérias primas, como era anteriormente, mas um domínio econômico e político. De acordo com a Bambera (2013), esse processo pode ser chamado de penetração sistemática do capital estrangeiro. Os efeitos da intensificação do capital financeiro podem ser identificados como:

- a) O controle e domínio, por parte do capital estrangeiro, dos novos setores e ramos produtivos industriais, que desde então começam a se desenvolver.
- b) A intensificação da monopolização, concentração e centralização da economia, que se expressa através da instalação das grandes empresas e da absorção, por parte destas, de empresas nacionais, mediante compras, fusões, associações, etc.

c) O processo de desnacionalização progressiva da propriedade privada dos meios de produção nos setores industriais até então controlados pelos produtores nacionais.

d) A integração, cada vez mais articulada, dos interesses das empresas estrangeiras aos interesses das classes dominantes locais, o que se reflete nas políticas econômicas nacionais, além da integração das políticas externas dos países dependentes à política dos Estados Unidos para a América Latina, acompanhada também de uma integração no âmbito militar (BAMBIRRA, 2013, p.126).

Ademais, outro resultado de expansão e intensificação geográfica, é a competição gerada, devido aos múltiplos centros dinâmicos segundo Harvey (2013), que competem entre si no mercado mundial. Os mais fracos e com menos poder econômico e político sofrem desvalorização, ocorrendo confrontos geopolíticos, sejam comerciais, monetários e alguns casos militares.

Com a entrada do capital financeiro a partir de 1950, e a expansão imperialista, os empresários nacionais enfrentaram dificuldades e muitos deles entraram em falência devido à incapacidade de competir com o capital estrangeiro. Nesse contexto, foram forçados a se integrar ao sistema imperialista, resultando em um aumento do controle e domínio por parte dos países dominantes. Além da exploração da mão de obra barata, a imposição de preços elevados, taxas de lucro crescentes e a busca por matérias-primas acessíveis, a América Latina emergiu como uma região propícia ao desenvolvimento do capitalismo dependente.

As condições para a penetração são de natureza variadas, primeiramente, o capitalismo é um sistema internacional, dessa forma ele precisa se expandir. Contudo, essa expansão tem que ocorrer de forma desigual, os países dependentes não conseguem atingir a industrialização dos países chamados tipo A.⁴

Diante disso, a penetração do capital estrangeiro é consequência da dependência, como a importação de máquinas. Os países dependentes precisam desses maquinários para continuarem produzindo, assim não conseguem romper com o ciclo da dependência, assim “fica patente a necessidade do entrelaçamento e complementaridade entre os setores: industriais dos países desenvolvidos e dos países dependentes” (BAMBIRRA, 2013, p.139).

De acordo com Bambirra (2013), no início dos anos quarenta, o capital financeiro parecia beneficiar ambas as partes envolvidas. No entanto, após a segunda guerra mundial, tornou-se imperativo para o capital a expansão de seus negócios. O objetivo não era mais simplesmente vender maquinário, mas sim transformar esse capital em mais capital. Nesse

⁴ Os países do tipo A são aqueles que iniciaram sua industrialização antes do século XX, caracterizando um processo de industrialização de longa data, Bambirra (2013).

sentido, a dinâmica da relação econômica mudou de uma mera compra e venda para um investimento estratégico. Isso se manifestou por meio da criação de filiais, da negociação de ações de empresas e da parceria entre o capital público e privado.

Outra medida para a penetração do capital financeiro está vinculada às empresas que detêm o controle dos meios de produção. Assim, como os avanços tecnológicos, a duração dos produtos, o valor está sobre o controle dos monopólios. As empresas escolhem o que os países dependentes vão produzir: automóveis não são produzidos nesses países, porque não seriam rentáveis e haveria concorrência. Dessa maneira, os países dependentes têm que importar esses tipos de mercadoria. Outra medida identificada, está relacionada à concorrência. As grandes empresas não terão com quem competir, já que as pequenas empresas não produzem na mesma escala que elas e não conseguem atingir a produção de bens de consumo, assim, não se tem concorrência.

As medidas citadas anteriormente, levam a um padrão de ampliação do controle produtivo. Sendo uma parte da produção reinvestida na produção e a maioria do lucro enviado aos países dominantes. Esse processo descapitaliza a economia local, fazendo com que os países dominados precisem de empréstimos, mantendo o padrão que os países dominantes precisam para manter o padrão de acumulação e penetração de capital.

Além dos fatores de caráter econômico, os de natureza política foram essenciais para a dominação na América Latina, como: barreiras fiscais, incentivos tributários, royalties, insumos, políticas econômicas estabilizadoras, que asseguravam o alto nível de acumulação/concentração e principalmente a política repressiva e militar. Esses fatores conduziram a um campo fértil para atuação do imperialismo.

A forma liberal de imperialismo reflete a relutância da burguesia em abrir mão de seus privilégios de classe. Ela não está disposta a transferir a superacumulação de capital para promover reformas sociais internas. Para perpetuar essa ideia, a burguesia cria uma falsa ilusão de que apoiar o projeto imperialista resultará em bem-estar geral, estabelecendo aparelhos ideológicos Althusser (1980). Para compreensão do aparato ideológico, se faz necessário o Estado como um aparato repressivo. Althusser (1980, p.32), explica “o aparelho do Estado que define o Estado como força de execução e de intervenção repressiva ao serviço das classes dominantes.

Assim, o Estado se define como uma arma para a burguesia, tal fato pode ser visto na ditadura civil militar no Brasil, na qual o Estado se estrutura ao interesse da autocracia burguesa, servindo de manutenção e continuidade ao padrão econômico e político, desse modo:

Readequando, aquele esquema é definido em proveito do grande capital, fundamentalmente dos monopólios imperialistas. O Estado erguido no pós-64 tem por funcionalidade assegurar a reprodução do desenvolvimento dependente e associado, assumindo, quando intervém diretamente na economia, o papel repassador de renda dos monopólios, e politicamente mediando os conflitos setoriais e intersetoriais em benefício estratégico das corporações transnacionais na medida em que o capital nativa ou está coordenado com elas ou com elas ele não pode competir (Netto, 2013, p.25-26).

Dentro da teoria marxista, Althusser (1980), afirma que o Aparelho do Estado é entendido como: Governo, administração, exército, política etc, que são entendidos como os aparelhos repressivos. Já os aparelhos ideológicos são identificados como “ Designamos por Aparelhos Ideológicos de Estado um certo número de realidade que se apresentam ao observador imediato sob a forma de instituições distintas e especializadas” (ALTHUSSER, 1980, p.43).

Dentre os aparelhos ideológicos, encontram-se os religiosos, jurídicos, familiares e, atualmente, um dos mais influentes é o cultural. Através de meios de comunicação, músicas, livros, filmes e novelas, a ideologia da classe dominante é perpetuada. É importante ressaltar que esses aparelhos geralmente operam na esfera privada, como emissoras de televisão, rádio e imprensa. Enquanto os aparelhos repressivos eram conhecidos pela violência, os aparatos ideológicos estão relacionados à disseminação de idéias, Althusser (1980).

O capitalismo norte-americano estabelece e desenvolve um novo tipo de relação no processo produtivo, com o lucro dos monopólios sendo de suma importância. Para legitimar essa abordagem, são utilizados aparatos ideológicos. Gramsci (2007), em seu texto 'Americanismo e Fordismo', explora esse conceito ao descrever como o capitalismo se manifesta em uma nova realidade. Essa abordagem caracteriza-se por um novo modelo de produção e uma nova forma de intelectual e cultural, o que resulta em alterações significativas nas relações sociais.

Dessa forma, essas estratégias têm impulsionado a globalização do capitalismo no pós-Segunda Guerra Mundial. Harvey (2004) cita diversos exemplos da influência dos EUA nas economias dos países, demonstrando que a abertura do mercado não aumenta a competição, mas, ao contrário, impulsiona os monopólios. Desse modo, Harvey assevera que no século XXI seguimos com “o fato de que quase dois terços do comércio exterior atual se concentra em transações dentro de e entre as maiores corporações transnacionais é um indicador desta

situação” (2004, p. 105). O aprofundamento dessas estratégias, se processaram entre as décadas de 60 a 80 do século XX na América Latina, mas não somente, recorrendo-se ao Desenvolvimento de Comunidade. A seguir, discorremos sobre esta proposta de ação e intervenção planejada sobre o referido território e que teve como um de seus agentes propulsores as/os profissionais de Serviço Social.

entre estes dois parágrafos precisamos fazer uma passagem para dar coerência e coesão ao texto.

1.1.1 Desenvolvimento de Comunidade: estratégia de contenção de movimentos e lutas anticapitalistas

Para análise e entendimento do Desenvolvimento de Comunidade, enquanto uma das estratégias dos EUA para responder ao tema e realidade da pobreza e o avanço socialista sobre a América Latina(Netto, 1995) primeiramente, é preciso um retorno das condições sócio-históricas vigentes da época, no contexto nacional e internacional.

Após a Segunda Guerra Mundial, e a polarização dos EUA e URSS, fase conhecida como Guerra Fria, a Organização das Nações Unidas (ONU) institucionalizou o Desenvolvimento de Comunidade. A ideia inicial era garantir a ordem social e o “mundo livre”, de acordo com Ammann (2009). Essa ideia surge como uma oposição ao bloco socialista, que de acordo com os EUA representava um perigo aos países capitalistas e ao desenvolvimento mundial.

Uma das estratégias utilizadas para expansão do capitalismo dependente foi o Desenvolvimento de Comunidade, que mantém relação com o *Serviço Social*. A profissão que desde sua gênese no continente latinoamericano recebeu os influxos e influência primeiro da Europa e posteriormente do *Social Work* norte-americano - lembremos do *Case Work* de Mary Ellen Richmond e o *Social Work with Groups* com destaque para Gisela Konopka⁵, foi “convocada/o” a intervir recorrendo ao DC, a fim de “resolver o problema do subdesenvolvimento e propagar o um modelo de desenvolvimento capitalista”. O Desenvolvimento de Comunidade foi pautado na expansão do modo de produção capitalista e na modernização do meio rural.

⁵ No campo do Serviço Social os EUA também receberam intelectuais refugiados da perseguição nazista. Gisela Konopka é uma delas. Graduada em Ciência da Educação, Filosofia, Psicologia e História pela Universidade de Hamburgo, Alemanha, emigrou para os Estados Unidos, obtendo aí, na Universidade de Pittsburgh, o grau de Mestrado em Assistência Social. Posteriormente doutorou-se no mesmo campo de estudos pela Universidade Columbia, foi professora de Assistência Social na Universidade de Minesota (EUA), pioneira no campo do Serviço social de grupo (2021).

Diante desse pensamento, os EUA difundiam que a população mais pobre tinha uma tendência a receber melhor o socialismo. Dessa forma, seria necessário uma melhoria das condições sociais para que os ideais socialistas e comunista não penetrassem nas comunidades dessas populações. Assim, os EUA utilizam de um discurso que apoiava o desenvolvimento de outros países, diante disso, os demais países tinham uma concepção de que o país mais tecnológico e avançado do mundo estava do seu lado. Ammann (2009) afirma “O governo americano inicia a partir da II Grande Guerra extenso programa de Assistência Técnica aos países pobres, principalmente aqueles situados na América Latina” (AMMANN, 2009, p.30).

Temos que a intervenção norte-americana inicia-se no Brasil a partir de 1942. De acordo com Ammann (2009) é introduzido no país através da atenção à produção de gêneros alimentícios, para assistir aqueles que não tinham acesso à alimentação. No ano de 1945 é realizado um acordo relacionado à educação rural, que foi de fato a porta de entrada do Desenvolvimento de Comunidade no país. Esse acordo foi realizado pelo Ministério da Agricultura e Inter-American Education Foudation, com o intuito de maior aproximação interamericano entre os países.

Dessa forma, “Como técnica a ser utilizada para o trabalho em campo, o Acordo sugere a adoção de *missões rurais*, ao lado de recursos tais como rádio, cinema, bibliotecas, museus circulantes, etc” (AMMANN, 2009, p.31). A corporação Inter-Americana além do acordo com o Ministério da Agricultura, realiza com o Ministério da Educação um Acordo visando à educação industrial para disseminar a ideologia norte-americana nas áreas rural e urbana. Desta forma, a ideia de Desenvolvimento de Comunidade vai se estruturando no país.

Sendo assim, foram preciso medidas para modernização da agricultura no país. Para a consolidação do sistema capitalista, foi colocado anteriormente que uma das características do capitalismo dependente segundo Bamberger (2013) é a modernização de alguns setores e a dependência da tecnologia norte-americana. O governo de JK e a política de desenvolvimento se unem e as estratégias utilizadas foram essenciais para a consolidação do Desenvolvimento de Comunidade no Brasil.

Inicialmente, a produção literária utilizada para afirmar o pensamento do Desenvolvimento de Comunidade no Brasil, era produzida nos EUA, entretanto, em 1957 José Arthur Rios⁶, escreveu uma obra onde os grupos de base eram importantes na construção de um

⁶ Com mestrado em Sociologia Rural na Universidade Estadual da Louisiana nos EUA sob a orientação de T. Lynn Smith (nome ligado à institucionalização daquela disciplina nos EUA que, desde fins dos anos 1930), Rios desenvolveu seus estudos, em grande medida, a partir de entrecruzamentos da sociologia rural americana com correntes do pensamento social da Igreja

modelo político que atendia a necessidades naturais. Essa ideia visava promover níveis e padrões de vida das comunidades, principalmente as rurais. Além dessa publicação, o Serviço Social do Comércio (SESC) publica um livro de Balbina Ottoni Vieira, que possuía traços da Organização da Comunidade⁷, segundo Ammann (2009).

A relação dessas obras com o Serviço Social foi direta, porque essas foram essenciais para formação dos Assistentes Sociais da época, que iniciam um processo de preocupação com formação profissional do Serviço Social, em relação à população que a profissão intervém. No entanto, essas obras possuíam um caráter que respondia aos interesses da classe dominante, para modernizar o meio rural, para o desenvolvimento das comunidades adultas, mas no sentido de ajustamento, de acordo com Ammann (2009). A visão que tinham da sociedade era ampla, mas sem qualquer análise das relações sociais e da realidade brasileira.

As obras citadas anteriormente, possuíam no seu desenvolvimento fundamentação na teoria positivista, com estratégias de ação como: indivíduo, família e comunidade. A família era colocada como o pilar da sociedade, a mulher tinha o papel de obediência e guardiã moral. O Desenvolvimento de Comunidade colocava a mulher como foco, mas não de uma forma progressista e de liberdade de gênero, mas sim como um instrumento de manutenção da ordem Ammann (2009)

A missão rural não negava a “distinção de raça, sexo, classe, credo, político e religioso” (AMMANN, 2009, p.42). Entretanto, era uma visão rasa onde não se entendia o plural e a heterogeneidade, e acrescentamos sequer reconhecia o racismo estrutural. Esse modelo de pensamento vê a divisão social como necessária para se alcançar o equilíbrio e a estabilidade. Os discursos utilizados eram embasados por um anticomunismo e defendia os EUA, principalmente depois da experiência cubana, de 1959. Ammann (2009) traz que era o combate a *ideologias indesejáveis*.

No combate às ideologias indesejáveis estava presente o interesse em garantir a expansão da concentração e centralização do capital em um novo esquema de acumulação concertado que projetavam e decidiam a continuidade do padrão de desenvolvimento dependente e associado conduzida no interesse do monopólio (NETTO, 2011). Internalização

de inclinação reformadora que buscavam se manter equidistantes tanto do antigo liberalismo individualista quanto das soluções de corte socialista para os problemas da ordem moderna (<https://sbsociologia.com.br/project/jose-arthur-rios/>).

⁷ A Organização Social de Comunidade antecede ao DC. Sua origem está relacionada a criação de objetivos e metas, para que o projeto de CD seja executado, Ammann(2009), explica que o termo envolve a ideia de criar estruturas organizacionais dentro de comunidades locais para promover a participação, o envolvimento dos membros da comunidade.

e territorialização do imperialismo era a integração desejada para uma região considerada subdesenvolvida como a América Latina.

O “modelo econômico” projetado para esta região requeria uma modernização capaz de concretizar a “modernização conservadora”⁸, refuncionalizando o Estado política e economicamente. Significa dizer que os movimentos e lutas anticapitalistas e democráticos que se expressavam na região deveriam ser coibidos, reprimidos, instaurando-se uma prática ditatoriais; ao mesmo tempo que a população “vulnerável” às ideologias exóticas deveriam ser domésticas e integradas sob a batuta das intervenções do Desenvolvimento de Comunidade. Mas, o continente latino-americano e caribenho forjava lutas e resistências *pari passu* com as estratégias de dominação impostas pelo imperialismo norte-americano, reconstruindo outra direção ao DC, sob outras bases de análise sobre a região. Neste sentido, as/os profissionais de Serviço Social “nada temeram senão o correr da luta.”

1.2 Movimentos e Lutas Sociais na América Latina e Espanha entre 1960-1980

Nas veias abertas da América Latina

Tem fogo cruzado queimando nas esquinas

Um golpe de estado ao som da carabina, um fuzil

Se a justiça é cega, a gente pega quem fugiu.

(Sulamericano- BaianaSystem)

Neste segundo tópico do trabalho, discutimos os movimentos e lutas sociais na América Latina durante o período de 1950-1980, expressão e resposta à dependência e subordinação da latino-americana, abordada no tópico anterior. Assim como a classe trabalhadora construiu respostas ao processo de dependência latino-americana, o Serviço Social também se movimentou para responder ao processo que se agudizou na América Latina, ao mesmo tempo em que se abriu, especialmente no Brasil novos espaços sócio-ocupacionais durante a ditadura civil-militar-empresarial, com repercussões em novas exigências formativas, no bojo da

⁸A perspectiva da modernização conservadora foi uma das vertentes do processo de renovação do Serviço Social no Brasil. Essa perspectiva foi formulada durante o Seminário de Araxá, realizado em 1967, e no Seminário de Teresópolis, realizado em 1970. Os documentos elaborados levaram a uma tentativa de adequar a profissão às tendências sócio-políticas da ditadura militar. Segundo Netto (2011), tais documentos estavam vinculados às tendências e ideologias do Desenvolvimento de Comunidade.

“modernização conservadora” assumida pelos governos ditatoriais. Em nível Latino Americanos, uma das respostas que a profissão construiu foi o Movimento de Reconceituação do Serviço Social Latino Americano (MRLA), o qual abordaremos no capítulo 2.

Portanto, o estudo do Movimento de Reconceituação requer uma análise dos movimentos e lutas na América Latina durante esse período. Nesse contexto, é fundamental compreender os determinantes que impulsionaram esses movimentos, os quais serão abordados no primeiro tópico deste trabalho.

Ao se tratar do tema movimentos e lutas sociais na América Latina entre 1950-1980, é importante enfatizar seu legado e impacto. Tais movimentos e lutas deixaram um legado duradouro na América Latina, Iamamoto e Santos (2021). Além disso, esses movimentos pavimentaram um caminho de luta e transformações sociais dos dias atuais. Desse modo, contextualizar tais movimentos, significa trazer em qual o momento histórico emerge o Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina.

No decorrer desse período, surgiram na América Latina uma série de movimentos e lutas populares que abarcam diferentes setores da sociedade. Esses movimentos incluíram iniciativas camponesas, a mobilização de sindicatos, o engajamento do movimento estudantil e grupos dedicados à defesa dos direitos humanos. Eles emergiram como resposta à busca por melhorias nas condições de trabalho.

Além das lutas relacionadas à superexploração do trabalho, a classe trabalhadora mobilizou-se também em prol da reforma agrária, como no caso do Brasil, uma questão amplamente discutida neste país durante esse período. Desse contexto, surge o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), cujos fundamentos serão aprofundados ao longo deste tópico.

Outra pauta de luta que ganhou grande relevância foi a busca pela democracia, uma vez que a América Latina vivenciou períodos de ditaduras militares repressivas e violentas durante esse período. Países como Argentina (1976-1983), Brasil (1964-1985), Chile (1973-1990), Guatemala (1960-1996) e Uruguai (1973-1985) enfrentaram governos autoritários e violentos ao longo do período estudado. Fica evidente que, durante praticamente todo o período abordado, esses países foram marcados por regimes opressivos, o que impulsionou resistências, lutas e movimentos sociais em busca de transformação e democracia.

Figura 1 - Mapas das ditaduras militares na América Latina dos anos 1960-1980



Fonte: Fundação Getúlio Vargas.

Esses governos foram o resultado de uma intensa intervenção dos Estados Unidos, que buscavam reforçar a dependência dos países latino-americanos, além de conter qualquer potencial revolucionário dentro da região, como evidenciado pela Revolução Cubana em 1959. A política de intervenção dos Estados Unidos teve como objetivo a internacionalização do capital, centralização e concentração, Netto (2011, p.32) destaca que “instauraram o perfil e a estrutura econômico social do Brasil legados pela ditadura a internalização e a territorialização do imperialismo”. Dessa forma, o apoio aos regimes autoritários e repressivos servia aos interesses políticos e econômicos da potência norte-americana

A partir da década de 1960, emoldurada pelo contexto geopolítico da Guerra Fria, governos dos Estados Unidos da América financiaram a

contrarrevolução na América Latina, articulada com as elites e classes dominantes latino-americanas. Ela se instaura em resposta ao perigo representado pela Revolução Cubana, de 1959, na região (IAMAMOTO e SANTOS, p. 38, 2020).

É importante ressaltar que, dado o escopo deste trabalho, não é possível abranger todas as lutas e movimentos ocorridos entre os anos de 1950 e 1980 na região latino-americana, com ênfase no Brasil e Chile, e na região Ibérica com ênfase na Espanha. Portanto, foi realizada uma seleção dos movimentos mais significativos nestes países.

A Greve dos trabalhadores de Santos, iniciou nos anos de 1951, logo no início do período estudado. Segundo Aguiar, Junqueira e Freddo (2006), o Sindicato dos Estivadores do porto de Santos se constituiu com uma trajetória de lutas e reivindicações. Antes de explicar a greve de 1951, é importante compreender alguns fatos que influenciaram a greve. Sempre foi uma preocupação do governo brasileiro os trabalhadores do porto de Santos, dessa maneira, estava presente um movimento de repressão aos movimentos das lutas dos trabalhadores do porto. Aguiar, Junqueira e Freddo (2006), afirmam que desde 1905 há registro de um movimento grevista no porto. Dentre os vários aspectos que influenciaram na greve de 1951, um fato importante ocorre no ano de 1922, assim:

A partir de 1922, houve uma mudança radical na orientação ideológica da Sociedade dos Estivadores de Santos, que abandona o anarcossindicalismo e assume o comunismo como ideologia oficial. Isso só foi possível com a fundação do Partido Comunista e de seu reconhecimento oficial no mesmo ano. Foi nesse momento histórico que a cidade de Santos iniciou sua trajetória revolucionária comunista, sob a orientação do PCB, sufocando sua identidade anarcossindicalista (AGUIAR, JUNQUEIRA E FREDDO, p.1002, 2006).

Essa mudança política no interior do sindicato, levará a um campo progressista e contestatório na região de Santos, que popularmente ficou conhecida segundo Gonçalves (1995) como “Cidade Vermelha”.

No ano de 1951, entre 26 de janeiro e 26 de fevereiro, ocorreu a Greve dos trabalhadores do porto de Santos. Os estivadores e demais trabalhadores portuários paralisaram suas atividades em busca de melhores condições de trabalho, aumento salarial e redução da jornada de trabalho. Tais fatos têm relação intrínseca ao alinhamento político do sindicato, citado anteriormente.

Através da greve, os trabalhadores conquistaram aumento salarial, fortalecimento da organização sindical e melhoria das condições de trabalho. Assim, há uma conscientização da classe trabalhadora e fortalecimento do movimento sindical. No entanto, nos anos seguintes e com o regime militar no Brasil, esses trabalhadores enfrentaram as ações repressivas do governo, a intervenção policial, demissão dos líderes sindicais e criminalização do movimento.

Outro evento importante que ocorreu no Brasil, foi a Greve de Contagem em 1968, que ocorreu no auge da ditadura militar. Batistoni (2021), aponta que Minas Gerais era um campo político das elites reacionárias, que apoiaram o golpe de 1964. A greve foi motivada por demandas como: melhorias do trabalho, baixos salários e falta de direitos trabalhistas.

16 de abril de 1968, em Contagem (MG), os 1.700 operários da Belgo Mineira entraram em greve, fizeram refém a diretoria da empresa e exigiram um aumento salarial acima do índice oficial; uma semana depois, as principais indústrias da região estavam paralisadas – cerca de 15 mil trabalhadores aderiram ao movimento iniciado na Belgo Mineira (NETTO, p.130, 2014).

A eclosão da greve operária de Contagem foi o primeiro confronto aberto da classe trabalhadora contra a ditadura militar. Ela foi um marco do movimento operário, e influenciou em greves posteriores; como a de 16 de julho de 1968 da indústria metalúrgica Cobrasma localizada em Osasco - SP, em que três mil operários juntamente com o sindicato e movimento estudantil, reivindicavam por direitos trabalhistas. A greve recebeu uma resposta imediata do Ministério do Trabalho, que solicitou as forças policiais, que entraram na fábrica espancando e torturando os trabalhadores presentes. Essa intervenção policial é a demonstração de como a ditadura foi repressiva e violenta.

As ligas camponesas foram um movimento social de caráter rural, que surgiu no Brasil nos anos de 1950/1960. Os movimentos sindicais, têm grande influência no surgimento das ligas e na luta por reforma agrária. Assim como nas lutas citadas anteriormente, esse movimento buscava melhorias nas condições de trabalho e direitos trabalhistas, adicionando a pauta da participação política dos camponeses.

De acordo com Alves (2014), o governo de JK, fez com que houvesse um crescimento econômico em algumas esferas do país. No entanto, ele não definiu uma política a favor da reforma agrária, além de que o desenvolvimento ficou limitado à região Sudeste. Dessa forma, nesse contexto marcado pela desigualdade social, de forma que o Sudeste tem um crescimento

econômico e as demais regiões continuam marcadas pela desigualdade, principalmente a população camponesa, que tinha os direitos básicos negados como: saneamento básico, educação, direitos trabalhistas e à terra, Alves (2014), afirma:

Apesar do crescimento na economia, o Brasil continuou como um país subdesenvolvido, marcado pela miséria e pela desigualdade social. Foi nesse contexto de industrialização nacional, modernização e entrada do capital no campo e disparidades regionais, que as Ligas Camponesas surgiram. As ligas camponesas caracterizam um movimento social que ganhou força através de associações civis beneficentes, que amparam os camponeses excluídos dos direitos sociais que não alcançavam o campo nas décadas de 1950 e 1960. Também reivindicavam a Reforma Agrária, tendo em vista que a terra era motivo de disputas entre camponeses e latifundiários (ALVES, p.47-48, 2014).

A questão da concentração de terra no país está presente na história desde a colonização europeia e as capitânicas hereditárias. Desse modo, a concentração de terra contribuiu para o processo de dependência latino-americana no Brasil. As ligas camponesas foram um movimento que deixou um legado importante no país e que não pode deixar de ser lembrando quando se fala de reforma agrária.

O golpe de abril de 1964, instaurou uma ditadura político-civil-militar no Brasil, administrada pela autocracia burguesa. A ditadura estava inscrita em um contexto do país que ultrapassa suas fronteiras, ela era reflexo do imperialismo norte-americano, que culminou golpes de Estado em vários países da América Latina, com um discurso nomeado como contra revolução, a fim de evitar o risco de um governo comunista.

Apesar de estar inserido em um contexto internacional, o golpe no Brasil teve algumas particularidades devido processos endógenos do país como: dependência ao mercado externo, burguesia oligárquica ligada à concentração de terras, experiência industrial tardia. Essa industrialização tardia cria um novo padrão de acumulação, com necessidades do capital privado. O Estado concretiza e passa a assegurar esse sistema de acumulação.

O Estado erguido no pós-64 tem por funcionalidade assegurar a reprodução do desenvolvimento dependente e associado, assumindo, quando intervém diretamente na economia, o papel de repassador de renda para os monopólios e politicamente mediando os conflitos setoriais e intersetoriais em benefício estratégico das corporações transnacionais na medida em que o capital nativo ou está coordenado com elas ou com elas não pode competir(e não é infrequente que a coordenação se dê também por incapacidade para competir. (NETTO, 2005, p. 28)

De 1964 a 1968, a autocracia burguesa, conforme é caracterizada por Netto (2005), buscou sua legitimação com o apoio popular. Já a partir de 1968, o Estado revelou a sua face, passou a criar as suas próprias estruturas estatais e operou com atitudes claramente fascistas – o que foi demarcado pelo AI-5, neste momento há a consolidação da autocracia burguesa, ela vê a necessidade da criação de medidas repressivas para assegurar a institucionalização do regime ditatorial, aniquilando qualquer força política contrária.

Ao longo de sua emergência e consolidação a autocracia cria um plano cultural ligado ao modelo modernizador, para produção e difusão do modo de pensar da ditadura, influenciando na reprodução social, através de diversos mecanismos de controle e coerção que resgataram e acentuaram tradições conservadoras – marcadas pela tara elitista.

A política educacional do modelo da autocracia burguesa é um ponto essencial, para consolidação e perpetuação do regime. A mudança educacional ocorre segundo Netto entre 1967 e 1969, com intuito de modelar a educação conforme o modelo modernizador, para que não houvesse movimentos educacionais que fossem contrários ao que a autocracia implementou no país, o autor coloca que eles tinham medo de um possível efeito de mudança que esses movimentos poderiam trazer.

A reforma da educação foi determinante para a ditadura já que com a refuncionalização, as escolas visavam formar pessoas das classes inferiores para atuar diretamente no mercado de trabalho, e apesar do aumento significativo das vagas em escolas públicas naquela época, o ensino tornou-se sucateado, com a presença de disciplinas como a moral e cívica que tinham caráter doutrinador e muitos estudantes de classes sociais inferiores não conseguiam permanecer na escola – o que é uma realidade até os dias de hoje no Brasil.

A resultante global serviu à consolidação do regime autocrático burguês basicamente porque, provendo o mercado de trabalho com fluxo de qualificados e semiquilificados formais que assegurava tanto a oferta da força de trabalho necessária quanto da excedente(vale dizer que : mantendo a alimentação do respectivo exército de reserva), ao mesmo tempo garantiu eficientemente a neutralização do sistema educacional como topus de problematizações e crítica societárias.(NETTO, 2005, p.64)

Além disso, a universidade também foi fortemente impactada, já que, segundo o Netto (2005), esta foi neutralizada e praticamente impedida de atuar de maneira crítica, pois há um rompimento da universidade com os movimentos sociais, ilegalidade da União Nacional dos Estudantes – UNE. Além disso, ocorreu o esvaziamento da universidade, sendo que ela passou a ser funcional à lógica burguesa de reprodução, assim como todo o sistema educacional.

Em consequência, a universidade perdeu a sua autonomia, sua capacidade crítica e também o seu grande potencial criativo. A resultante desse processo de neutralização e esvaziamento da universidade significou a firmou o objetivo da autocracia burguesa – no sentido de reprodução da ordem social nos moldes do capitalismo imperialista e das relações burguesas de produção, onde se coloca a universidade como uma mercadoria e há o crescimento do ensino privado, conseqüentemente excluindo a classe trabalhadora de ter acesso à universidade.

O Movimento Estudantil em 1968, foi um marco de resistência contra o regime da autocracia burguesa. Netto (2011), aponta que uma das formas de repressão do Estado, foi através da educação com “uma política educacional da ditadura” (NETTO, p.124, 2005).

Durante a ditadura militar no Brasil, no que se refere à educação, houve uma política com exigências e estratégias para implantar o projeto modernizador, Netto (2005), com o intuito de favorecer e fortalecer o Estado da autocracia burguesa. Devido a essas mudanças no mundo da educação, o movimento estudantil “alça ao primeiro plano de contestação do regime” (NETTO, p.57, 2005).

A oposição à ditadura por parte dos estudantes, se estende para além das universidades, abrangendo o ensino secundário e técnico. Portanto, eles oferecem informações à comunidade, articulam com os demais movimentos sociais, sendo uma oposição à ditadura.

O movimento estudantil criou um alerta no Estado, devido seu efeito catalisador, na qual, eles defendiam que através da organização e articulação social seria possível derrubar o governo e iniciar um processo de redemocratização do país, “Assim, foi o potencial catalisador do movimento estudantil no seio do bloco antiditatorial, explicitando notadamente no curso de 1967 e 1968, que colocou, para o regime autocrático burguês a questão educacional como prioritária”(NETTO, p. 57, 2005).

Dentre os muitos movimentos presentes no período estudado, tivemos o movimento cultural. Compreender o golpe de 1964 no Brasil requer uma contextualização do panorama mundial da época. Da mesma forma, compreender o movimento cultural de 1968 no país exige uma análise dos acontecimentos além das fronteiras nacionais. Essa abordagem ampla e comparativa é fundamental para uma compreensão mais abrangente e aprofundada desses momentos históricos.

A partir de 1960 devido à chamada juventude rebelde e progressista nos países centrais, emerge uma tendência complexa e contraditória nos meios artísticos, culturais, lutas sociais e posições políticas distintas, Netto (2014). Desde 1950 o movimento contracultura nos EUA

crece, posteriormente vem o movimento hippie, o existencialismo de Sartre, o rock, criando um terreno fértil de um movimento contestatório.

Ademais, grafitagens com temas “proibido proibir”, traz um sentimento de anticapitalismo romântico, que não estuda a raiz do sistema capitalista: a sociedade de classe. Assim, segundo Netto (2014, p.112) “1968 constituiu, nas suas contradições, nos seus utopismos, nos seus limites, uma revolução cultural”.

Nos países subdesenvolvidos latino-americanos, com o que Netto (2014), caracteriza por movimentos antecipados e retardados, ocorre a I Conferência da Organização Latino-Americana de Solidariedade/OLAS. Organizada por Cuba, tinha como intuito trazer um foco revolucionário. No Brasil, a partir de 1968 eclode um sentimento contestatório e de inquietude, no entanto, a realidade da ditadura militar e sua repressão, faz com que esse momento seja contraditório. De um lado temos um crescimento de uma cultura contestatória, e do outro um governo repressivo, principalmente após o AI-5.

No âmbito musical, ocorre o surgimento da bossa nova, que teve influência do Jazz norte-americano. Até a metade de 1950, no universo cultural há uma dinâmica de desenvolvimentismo, devido a propaganda política de JK. Neste período ocorre um grande avanço na esfera da pesquisa brasileira, “é também o período em que se registra a sistematização do apoio governamental à pesquisa científica, através do fomento que o *Conselho Nacional de Pesquisa/CNPq* (criado pelos esforços do almirante Álvaro Alberto, em 1951” (NETTO, p.114,2014).

No campo das ciências sociais, a partir de 1950, surgem destacados nomes como Florestan Fernandes, Octavio Ianni, Milton Santos, Darci Ribeiro e Carolina Martucelli Bori. As obras desses autores se concentram na amplificação das lutas e movimentos sociais. Sendo afirmado por Netto (2014, p.115) “verifica-se uma clara e explícita *politização* dos intelectuais”. Essa politização à esquerda dos intelectuais, faz com que os movimentos e lutas, através desses fundamentos teóricos, se organizem para reivindicarem seus direitos sociais, políticos e trabalhistas.

Durante o período de 1964 a 1968, apesar do regime reacionário da ditadura militar, observa-se uma intensificação da radicalização da esquerda, sobretudo entre os intelectuais. Esse momento foi marcado pela introdução no país de obras de renomados teóricos, como Lukács, Gramsci e Lefebvre, que trouxeram contribuições significativas para o pensamento marxista. Florestan Fernandes, por exemplo, aprofundou-se no estudo do marxismo, enquanto

Octavio Ianni incorporou a reflexão crítica da economia política, conforme apontado por Netto (2014).

Esses autores desenvolveram, em contraponto ao Subdesenvolvimento e ao Desenvolvimentismo, a vertente nacional-popular. Ao contrário do que pregava o Desenvolvimentismo, os países chamados subdesenvolvidos não se tornaram desenvolvidos com a industrialização e internacionalização do imperialismo, mas sim com uma teoria própria, que analisasse as particularidades latino-americanas.

Sendo assim, ocorre um movimento paradoxal, de um lado temos uma autocracia burguesa em ascensão que é violenta e reacionária, e de outro um movimento cultural que inicia um processo crítico e a esquerda. Desse modo, se percebe que após o golpe de 1964, o Estado não consegue barrar os avanços culturais que foram acumulados dos anos anteriores.

Assim floresce uma década riquíssima seja nas artes plásticas, literatura, cinema. Nesse mesmo período nasce a chamada música popular, na qual muitos artistas como forma de protesto escreviam e cantavam músicas com duplo sentido, para que elas pudessem ser tocadas nas rádios, e ao mesmo tempo fazer uma crítica ao governo ditatorial. Alguns dos muitos exemplos desses artistas são: Elis Regina, Nara Leão, Chico Buarque e Milton Nascimento.

Esses criadores, com produção muito diferenciada, contribuíram decisivamente para dar um novo estatuto à música popular, chegando inclusive a um público mais amplo que o do circuito universitário. As diversas possibilidades de desenvolvimento contidas neste extraordinário eram várias: a rigorosa fidelidade à tradição popular (Paulinho da Vila), o fino artesanato poético de Chico Buarque e algumas tendências direcionadas à contracultura (expressas no *tropicalismo*), que se mostrariam claras especialmente depois de 1969. O que importa assinar, contudo, é que, sob o regime ditatorial, nos seus primeiros anos, ocorreu de fato uma *revolução* no domínio da música popular. (NETTO, p.119, 2014).

Diante desse movimento cultural crítico, a direita reacionária da ditadura militar inicia modos de repressão a esses artistas. Assim espetáculos como Roda Viva do cantor Chico Buarque, passa a ser alvo do Comando de Caça dos Comunistas/CCC, e colocado como um risco à sociedade. Além disso, muitos artistas foram exilados na época da ditadura, como Caetano Veloso e Gilberto Gil.

Entre os diversos movimentos e lutas sociais que ocorreram no período de 1950-1980, a Guerrilha do Araguaia foi uma luta armada de enfrentamento à ditadura militar. Devido a censura da época em que ela ocorreu, 1972-1974, o Estado ditatorial conseguiu ocultar da

população o que estava ocorrendo na região do Araguaia, localizada no Pará, Maranhão e Tocantins.

A guerrilha foi organizada pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB), objetivando uma base revolucionária na região e lutar contra a ditadura militar. O PCdoB, buscava uma guerra popular, que se iniciou no campo, Netto (2014). A partir do momento que o governo fica ciente das atividades da guerrilha, ele solicita às forças armadas que inicie um movimento de repressão e fim da guerrilha. Como as forças armadas possuíam uma força bélica maior que os guerrilheiros, eles assassinaram em massa as pessoas presentes na guerrilha.

A guerrilha é confrontada pela repressão das forças armadas, e marcada por uma intensa violência. Os corpos de muitos guerrilheiros mortos foram ocultados e devido ao massacre promovido pelo Estado as forças armadas esmagaram o movimento, Netto (2014).

Uma das diversas operações de repressão militar, foi o campo de concentração Xambioá, onde partiam aviões e helicópteros, que transportavam prisioneiros e os corpos dos guerrilheiros mortos. Esses prisioneiros eram camponeses, indígenas que eram retirados de suas casas e sequestrados pelas forças armadas, segundo Peixoto (2011):

A base militar de Xambioá foi também um campo de concentração, com cercas de arame farpado, que delimitavam uma área chamada de ‘curral’, onde ficavam os prisioneiros. Eles ficavam também em buracos cavados no chão e cobertos com arame farpado. Conforme os relatos, havia na base uma casa de tortura, ou ‘judiaria’, no dizer de camponeses que passaram por ali. Na base teriam sido enterrados guerrilheiros e camponeses, embora as escavações realizadas não tenham achado nenhum vestígio de restos mortais (Peixoto, p.487, 2011).

A Guerrilha do Araguaia representa um importante marco de resistência e luta diante da intensa violência perpetrada pelo regime militar no Brasil. Além de sua natureza combativa, a guerrilha foi predominantemente uma luta política, protagonizada por indivíduos que corajosamente se opuseram à opressão durante os anos obscuros da ditadura. No entanto, devido à lei de anistia, os crimes e mortes cometidos pelo governo militar permaneceram impunes. Por esse motivo, ainda nos dias atuais, é imprescindível continuar lutando para preservar a memória daqueles guerrilheiros, camponeses e povos indígenas que foram brutalmente assassinados, a fim de que suas histórias não sejam esquecidas.

No contexto mencionado, a migração em massa da população rural para as cidades resulta em uma série de desafios socioeconômicos, como a falta de políticas assistenciais e habitacionais adequadas. Esse movimento populacional concentra-se nas periferias urbanas e

contribui para o aumento do número de favelas. Embora as cidades experimentam um aumento populacional, os empregos e salários disponíveis não acompanham essa demanda.

A entrada de empresas multinacionais no país, em especial no setor da construção civil, demanda mão de obra, porém, essas empresas tendem a buscar trabalhadores com custo mais baixo, muitas vezes associando essa busca à população negra. Além disso, outros setores como serviços de limpeza e trabalho doméstico também acabam recorrendo a essa mão de obra negra.

Considerando esses fatores, é possível observar uma interseção entre os problemas socioeconômicos enfrentados pela população negra, a segregação urbana nas periferias e a demanda por mão de obra barata nos setores mencionados. Essa realidade reforça a necessidade de políticas públicas que abordem de forma ampla a questão racial, promovendo a igualdade de oportunidades e o combate ao racismo estrutural presente no mercado de trabalho e na distribuição de recursos urbanos.

Nesse sentido, se perpetua a ideia de que o negro sempre está em posição de servir e de dominado. Gonzalez (1982), aponta que em 1976, 40% da força de trabalho era da população negra, no entanto, “esse aumento de participação no mercado de trabalho não significava melhoria no nível de vida para o conjunto da população negra” (Gonzalez, p.15, 1982).

Desde a colonização portuguesa, a população negra, que foi escravizada, é colocada em posição de dominada, antes nas senzalas, depois para as favelas, cortiços, habitações precárias. De um povo escravizado, para uma mão de obra barata, assim, segundo Gonzalez (1982), existe uma “divisão racial do espaço”.

No caso do grupo dominado o que se constata são famílias inteiras amontoadas em cubículos, cujas condições de higiene e saúde são as mais precárias. Além disso, aqui também se tem a presença policial; só que não é para proteger, mas para reprimir, violentar e amedrontar. É por aí que se entende que o outro lugar natural do negro sejam as prisões e os hospícios. (Gonzalez, p. 15-16, 1982).

A repressão policial contra a população negra é um fenômeno sistemático que, durante o período da ditadura militar, se intensificou ainda mais. Essa realidade revela como o Estado se beneficiava dessa estrutura, ao manter uma mão de obra barata e atender às demandas de reestruturação econômica.

Ao longo da história, o povo negro sempre questionou esses fatos e resistiu à estrutura do racismo no Brasil. Diante das desigualdades raciais presentes no país, diversos movimentos e lutas emergiram, destacando a necessidade de uma organização unificada que representasse e defendesse os interesses da população negra.

Sete de julho de 1978, foi um dia histórico, marcando o nascimento do Movimento Negro Unificado do Brasil/MNU. Câmara do Comércio Afro-Brasileiro, Centro de Arte e Cultura Negra, Associação Recreativa Jovem, Afro-latino América, Jornegro, Cultura Afro-Brasileira, Instituto brasileiro de Estudos Africanistas, foram um dos muitos movimentos que se uniram para formação de um movimento unificado, que em 7 de julho de 1982, se torna o MNU.

Por aí a gente constata que o 7 de julho é um marco histórico muito importante para nós, na medida em que constituiu em ponto de convergência para a manifestação, em praça pública, de todo um clima de contestação às práticas racistas, assim como da determinação de levar adiante a organização política dos negros. Ora, esse clima e essa determinação já haviam pintado em diferentes pontos do país, como já dissemos. Faltava esse 7 de julho, garantia simbólica de um movimento negro de caráter nacional (Gonzalez, p.48, 1982).

O ato de 7 de julho, foi realizado nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo, foi elaborada uma carta convocatória à população, falando sobre o Movimento Negro Unificado, os princípios e sua luta. Além disso, foram confeccionadas faixas e cartazes, e o ato recebeu aplausos da multidão presente. No dia seguinte, a notícia do ato reverberou na imprensa, mostrando o caráter revolucionário do evento, especialmente considerando o contexto de um regime violento, que afetava principalmente a população negra.

Através de assembleias depois do ato de julho, foi estabelecido o dia 20 de novembro como o dia nacional da consciência negra, “o 20 de novembro transformou-se num ato político de afirmação da história do povo negro” (Gonzalez, p.58, 1982). Essa luta do movimento para que o dia fosse legitimado, foi concluída no dia nove de janeiro de 2003, onde a lei nº 10.6399, estabelece que o dia 20 de novembro se torna o dia Nacional da Consciência Negra.

O Movimento Negro Unificado/MNU desempenhou diversas atividades em diferentes esferas, desde a denúncia de casos de violência policial até a luta pela anistia. Através dessas ações, foi possível evidenciar à população que a tortura policial não era um fenômeno exclusivo da ditadura, mas sim uma prática que já existia antes desse período. No entanto, devido ao fato que a população negra foi marginalizada desde o Brasil colônia, essa situação não era debatida com a população em geral.

As mulheres negras desempenharam um papel fundamental no movimento, levantando uma série de demandas importantes. Elas lutaram por questões como acesso à educação para as crianças, controle de natalidade e melhoria das condições de trabalho das mulheres negras empregadas domésticas, que frequentemente enfrentam exploração.

É importante ressaltar que essas reivindicações ocorriam em paralelo às demandas das mulheres brancas ativistas no movimento feminista, que também lutavam por direitos nessa mesma época, na qual várias vezes, as mulheres negras trabalhavam para essas mulheres brancas (Gonzalez, 1982). Além disso, o MNU discutia como o capitalismo transformou a cultura negra em mercadoria. Assim, eles buscavam a profissionalização dos produtores da cultura, como os passistas, sambistas, compositores, dançarinas, esses profissionais tinham que ser remunerados.

O Movimento Negro Unificado, conquistou um espaço político, que antes não era imaginável, e estabelecendo uma articulação entre raça e classe, afirma Gonzalez (1982). Ele traz uma nova dimensão na luta racial, marcada pela política e organização. O contexto político de quando o MNU surgiu, foi de abertura e luta política e ele teve uma grande importância para o processo de redemocratização do país.

O feminismo, enquanto movimento social, ganhou destaque no Brasil a partir da década de 1970, marcando uma fase significativa em sua evolução. Antes disso, o país experimentou algumas influências das sufragistas e testemunhou o crescimento de um feminismo predominantemente branco e de classe média. No entanto, foi a partir da década de 1970 que o feminismo se fortaleceu como um movimento engajado na defesa e questionamento de questões fundamentais relacionadas ao gênero, tais como direito à creche, acesso à educação, saúde reprodutiva, aborto e contracepção, conforme apontado por Alagoano (2016).

Após o golpe de 1964, um movimento feminista diverso surgiu no Brasil e em outros países latino-americanos, trazendo uma abordagem mais ampla que incorporava a luta de classes e a interseccionalidade. Esse movimento reconhecia que as opressões de gênero estão interligadas a outras formas de opressão, como raça e classe social. A conscientização feminina que emergiu no Brasil e na América Latina nesse período é resultado das contradições sociais e políticas existentes na época, bem como do crescimento de diversos movimentos e lutas sociais, conforme apresentado anteriormente.

Durante a ditadura militar, as mulheres se reuniam clandestinamente para discutir questões de gênero e lutar por seus direitos. Algumas mulheres exiladas tiveram a oportunidade de entrar em contato com teorias feministas e materiais internacionais, os quais enviaram ao Brasil. Ao retornarem, trouxeram consigo diversas ideias que aprenderam durante esse período. Um grupo que ganhou destaque nesse contexto foi o "Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris" (1975 a 1979), que teve um papel fundamental na disseminação e promoção de novas teorias feministas no Brasil.

O movimento de mulheres que aparece durante os anos 70 rompe com uma tradição, na qual as mulheres manifestavam publicamente valores tradicionais e conservadores, como ocorreu com a Marcha da Família com Deus e a Propriedade, precedendo ao golpe militar. O movimento de mulheres nos anos 70 trouxe uma nova versão da mulher brasileira, que vai às ruas na defesa de seus direitos e necessidades e que realiza enormes manifestações de denúncia de suas desigualdades (Soares, 1994, p.13)

Assim como no Brasil, onde as lutas e movimentos sociais moldaram uma narrativa de mudanças, o cenário latino-americano abrigou diversos movimentos e momentos de efervescência social que ecoaram em todo o continente. Ao nos deslocarmos do contexto brasileiro, encontramos no Chile uma trajetória igualmente notável de lutas e engajamento social.

A partir dos anos sessenta, o Chile vivenciou um período de efervescência nas lutas e movimentos sociais. O engajamento das organizações da classe trabalhadora levou o país a ser pioneiro no desenvolvimento de um programa com visão socialista, que foi implementado durante o governo de Salvador Allende, como afirmado por Pinto *et. al* (2021).

Antes de alcançar o governo de Allende, a esquerda chilena empreendeu um processo de construção de estratégias políticas com o objetivo de vencer as eleições e implementar seu projeto. “Neste esforço, confluíram o Partido Comunista, o Partido Socialista, o Partido Radical, o Movimiento de Acción Popular Unitaria (Mapu) e o Acción Popular Independiente, que levaram Salvador Allende a conquistar a presidência em setembro de 1970” (PINTO, et.al, 2017, p.76).

No ano de 1960, foi tentada a implantação no país, assim como em outros países latino-americanos, de um projeto de desenvolvimentismo capitalista, conhecido como a 'revolução em liberdade'. Entretanto, esse plano não obteve sucesso em evitar que o Chile enfrentasse uma crise social, política e cultural, aponta Pinto *et al.* (2017). Somente com o governo da Unidade Popular/UP, entre 1970 e 1973, o país experimentou mudanças significativas.

O governo da Unidade Popular (UP) implementou um projeto com o objetivo de alcançar o socialismo no Chile, incluindo pautas como a nacionalização dos minérios e a intensificação do plano de reforma agrária. A questão da reforma agrária no país vinha sendo discutida desde 1960, mas foi durante o governo de Allende que ela finalmente foi colocada em prática. Seu objetivo central era corrigir as desigualdades sociais no setor rural, onde a terra era concentrada nas mãos de uma elite colonizadora, assim como em muitos outros países da América Latina.

Após a vitória de Allende, no âmbito cultural, na música e demais áreas surge a “cultura y educación”, destaca Dos Santos (2010), que objetivava desmembrar a ideologia burguesa, por meio de atividades apoiadas pelo Estado, para efetivação do projeto socialista.

A chamada Nova Canção Chilena, possuíam músicas que buscavam uma integração da América Latina

Este movimento reconhecia a influência de compositores latino-americanos como o argentino Atahualpa Yupanqui e o cubano Carlos Puebla. Na denuncia dos problemas sociais, apresentava exemplos políticos como o feito da Revolução Cubana, a resistência dos vietnamitas à intervenção militar dos Estados Unidos, bem como personagens emblemáticos como Ernesto “Che” Guevara e alguns míticos como Joaquín Murieta (Dos Santos, 2010, p.2)

Existia também o movimento teatral, que em seu início obteve algumas críticas por de fato não incluir o trabalhador, mas em 1971 com o Teatro Nuevo Popular, o trabalhador era tido como tema central. Dessa forma o operário era responsável pela produção artística e buscava de fato uma cultura popular. Dentro da cultura popular se cria um espaço de luta de classes, que antes não era visto no Chile.

No entanto, o governo não consegue efetivar seu plano com objetivo ao socialismo, pois em 11 de setembro de 1973 acontece um golpe militar no país, de oposição ao governo de Allende e instituindo a violência no país com Augusto Pinochet no poder. Seu governo é marcado por políticas neoliberais, violência contra a população e qualquer tipo de oposição e repressão política.

Ao deslocarmos nosso olhar das lutas sociais vivenciadas no Brasil e no Chile para a vibrante tapeçaria de movimentos e mudanças sociais na Ibero-América, encontramos um capítulo crucial na história espanhola da década de 70.

A Espanha na década de 70 estava passando por uma transição democrática após o período Franquista (1939-1975). Nesse contexto, os movimentos contestatórios estavam em efervescência, com a realização de congressos e jornadas dos trabalhadores, que já se manifestavam desde a década de 1960, Carrara *et al.*(2017).

No entanto, antes de explicar os movimentos e lutas importantes, é necessário analisar o contexto em que ocorriam esses eventos. Na década de 50, a Espanha “ fue un período de desesperación”, como descrito por Woods (2021, p.33), devido ao governo de Francisco Franco e ao aumento do autoritarismo político. Conforme relata Woods (2021), dois terços da população viviam sem água e eletricidade, enquanto a tuberculose infectava cerca de 75% das crianças espanholas.

Salários baixos, custo de vida alto, comida racionada era a realidade espanhola. Nas regiões rurais a realidade era mais intensa “registraron el 22 por ciento de todas las muertes en España por enfermedades carenciales” (WOODS, 2021, p.34). Além disso, os salários, que já eram baixos, eram reduzidos quase à metade no meio rural. Outro ponto importante era a concentração de terras nas mãos de uma pequena parcela da população, o que permitia que a elite controlasse a Espanha.

O governo de Franco não se limitou apenas à questão política, mas também à religiosa, declarando abertamente que toda a população deveria ser católica. A igreja teve grande influência na Guerra Civil e apoiou o partido fascista, o que lhe conferiu diversos privilégios que haviam sido perdidos durante o governo republicano. “La dictadura política de Franco fue acompañada de la dictadura espiritual de la Iglesia Católica” (WOODS, 2021, p.36). Os privilégios que foram concedidos foram mantidos até o ano de 1979.

O totalitarismo religioso levou a homogeneização da cultura, a igreja incentivou internações psiquiátricas à força, venderam crianças que não consideravam dignas às famílias que nasceram. Eram um controle moral, espiritual, cultural e do corpo, Woods (2021).

Em relação ao sistema educativo do governo de Franco, ele era altamente ineficaz e atrasado, com uma alta taxa de analfabetismo. Nas escolas, os alunos eram obrigados a fazer referências fascistas no início das aulas. Por outro lado, os filhos da classe média e elite desfrutavam de um sistema educacional mais qualificado, com perspectivas de ingressarem na universidade

O que começava a mudar um pouco essa realidade era o fato de que alguns professores mais jovens tiveram contato com ideias progressistas. Conforme aponta Woods (2021), eles adotavam uma postura em sala de aula mais crítica, o que resultou no surgimento de ideais de esquerda no meio educacional.

Devido à realidade educacional da época, as crianças dispunham de muito pouco tempo para estudar e eram forçadas a trabalhar nas fábricas, enfrentando exploração com baixos salários, carga horária extensa e nenhuma proteção trabalhista. Como resultado, a universidade era reservada à elite, enquanto à classe trabalhadora restava apenas o trabalho nas fábricas.

A pobreza e a exploração rural desencadeiam um êxodo em massa para as cidades, resultando em um crescimento exponencial das áreas urbanas. Isso atraiu imigrantes de outras partes da Europa, trazendo algo novo e revolucionário para a época: os sindicatos, liderados por uma nova geração de militantes com ideias de luta de classes, como aponta Woods (2021). Eles percebem que, por um lado, a Espanha é retratada como bela e rica, mas, por outro lado, a

população vive em extrema pobreza. A abertura ao desenvolvimento econômico e social ocorre em 1961, quando Franco entrega seu governo aos tecnocratas.

Na Espanha, cresce a luta de classes e o aumento da consciência de classe, resultando em trabalhadores que perderam o medo. Em 1962, ocorreu um movimento que marcou a história do país: o movimento grevista dos mineradores. Esse grupo se opôs ao plano chamado 'Plan Nacional de Estabilización', Woods (2021), no qual a classe trabalhadora deveria pagar pela estratégia de desenvolvimento e os salários foram congelados. Revoltados, os mineradores entraram em greve, mesmo sendo uma ação ilegal. Apesar da repressão do Estado, eles não se amedrontam e a greve contou com 500.000 trabalhadores e durou oito semanas, segundo Woods (2021).

Os grevistas gritavam por aumento salarial e foi um manifesto grande, desencadeando outros movimentos da classe trabalhadora “ la huelga comenzaba a adquirir el nivel de una lucha estatal” (WOODS, 2021,p.69). Ela se estendeu para demais cidades como Valência, Galícia e Barcelona, foi um movimento magnífico, apesar do regime fascista.

Surgem então as Comissões Trabalhistas (Comisiones Obreras/CC.OO). Inicialmente, o movimento não estava vinculado a nenhum partido político, mas ao longo de seu desenvolvimento, o partido comunista é introduzido e se torna dominante. Em 1970, a CC.OO se torna a maior oposição ao regime, conforme destacado por Woods (2021). O movimento cresceu progressivamente e, em 1976, já contava com 200.000 militantes. Por meio de greves, alcançaram uma das principais pautas: o aumento salarial. Uma nova geração surge para combater e lutar contra o autoritarismo, mobilizando a classe trabalhadora e, assim, conseguindo pôr fim ao governo.

Os movimentos e lutas apresentados anteriormente fornecem apenas uma visão sucinta da rica diversidade da América Latina, uma região marcada por lutas antagônicas entre a classe trabalhadora e a classe dominante. Ao longo da história, a classe trabalhadora latino-americana tem desempenhado um papel protagonista na busca por justiça social.

CAPÍTULO 2: A PROFISSÃO NA HISTÓRIA: MOVIMENTO DE RECONCEITUAÇÃO LATINO AMERICANO E ESPANHOL

*“No banquete da democracia,
Somos nós os empregados.
Sem convite para festa,
Despossuídos até mesmo de passado.
Tentaram eles nos despir de nossas almas,
Roubar até a grandeza de nossa humanidade.
Ousaram nos negar a existência,
Enterrar nossa cultura e identidade.
Das florestas resistimos à espada.
Nos quilombos destruimos todas as cruzes.
Fizemos da tristeza Balaiada.
E da mais brutal violência uma Canudos.
Subimos os morros de palafita,
Descemos aos infernos do encarceramento em massa.
De fome, de frio e de bebida,
Ousaram eles nos causar ainda mais desgraça.
Sozinhos e sem auxílio no caminho,
Tentaram eles interromper nossos corações a bala.
Mas cantando nossos toques e hinos,
Sorrimos nossas músicas e armas.
E contestando a escravidão e o extermínio,
Consagramos todos juntos a liberdade.
Acharam eles que éramos como Locke's perdidos,
Mas se enganaram: somos todos Sankara”.*

(*Dialética da Democracia, Nicolas da Silva. P.36*)

Este capítulo tem por objetivo trazer a compreensão acerca da profissão a partir da centralidade histórica, na qual o Serviço Social é uma profissão inserida na divisão social-racial-sexual do trabalho (CISNE, 2018). Para compreendermos sua emergência e história é necessária uma análise não endógena, e sim sócio-histórica crítica e do contexto social em que a profissão surge e se insere. Sendo assim, compreende-se a profissão no contexto das relações sociais, entendendo o seu significado social, suas demandas e requisições, compreendendo o movimento histórico da sociedade, a produção e a reprodução social (CARVALHO, IAMAMOTO, 2006).

Dentro do debate acerca da natureza do Serviço Social e o processo da gênese da profissão de acordo com os determinantes históricos, lógica e protagonistas, existem duas perspectivas que são as mais defendidas. Sendo elas de acordo com Montaño (2007) a perspectiva *endogenista* e a *histórico-crítica*.

A *perspectiva endogenista* pensa o Serviço Social de forma endógena, ou seja, a profissão determina seu próprio destino, pensando os fundamentos do Serviço Social a partir de si mesmo, abstraindo a história, como sujeito autodeterminado. Nesta perspectiva o Serviço Social emerge como uma prática da ajuda e evolui ao longo da história, retirando a totalidade das relações sociais e do modo de produção capitalista. De acordo com Montaño (2007, p. 26) “o Serviço Social é a profissionalização, organização e sistematização da caridade e da filantropia”, segundo a perspectiva endogenista.

A outra perspectiva apresentada por Montaño (2007) é a *histórico-crítica*, que foi defendida neste trabalho. Nela não se entende a profissão como uma evolução da ajuda, pois a profissão emerge no capitalismo e para compreender a profissão se faz necessário apreender sobre o modo de produção capitalista.

A perspectiva histórico-crítica: procurando um novo caminho de análise, surge, em oposição à anterior, uma segunda tese de interpretação sobre a gênese e natureza do Serviço Social. A mesma entende o surgimento da profissão do assistente social como um produto da síntese dos projetos político-econômicos que operam no desenvolvimento histórico, onde se reproduz material e ideologicamente a fração de classe hegemônica, quando, no contexto do capitalismo na sua idade monopolista, o Estado toma para si as respostas à “questão social”(MONTAÑO, 2007, p. 30).

A perspectiva endogenista não foi defendida neste trabalho, porque se a profissão é uma evolução da ajuda ela existe a muito mais tempo, de maneira que a ajuda sempre existiu. Montañó (2007) traz que em documentos da Idade Média já existiam termos ligados à assistência social, sendo assim, a profissão teria muito mais anos de surgimento.

Os fundamentos da profissão não são algo interno, neste trabalho se compreende a natureza do Serviço Social de acordo com as condições históricas, na qual os profissionais precisam fazer uma análise teórico crítica da sociedade, aqui estão presentes a dimensão teórica metodológica do Serviço Social, que será explicada no decorrer do tópico 2.1.

Para analisar a profissão Iamamoto e Santos (2021 p. 30), apontam como necessário apreender os movimentos da profissão “em seu permanente processo de transformação ante as mudanças históricas, e mediante o protagonismo dos *“trabajadores sociales”*. A profissão está em constante movimento de transformações e superações.

Essa perspectiva requer que as profissionais de Serviço Social estejam em constante pesquisa histórica, para que haja a compreensão das tendências em andamento no interior da profissão. Tais tendências não são endógenas do Serviço Social, mas sim respostas aos movimentos econômicos, políticos, sociais e culturais da sociedade em que estamos inseridos, sendo essa sociedade a do modo de produção capitalista. Iamamoto e Santos (2021 p. 31), apresentam tal pensamento como “A perspectiva histórico-crítica propõe-se a capturar transformações presentes na sociedade capitalista”.

Ao abordar o tema fundamentos, não se trata de um ponto de vista histórico da profissão, mas sim de sua fundamentação. A profissão está ligada à questão social, desse modo, ela se faz necessária para atender as necessidades sociais da classe trabalhadora e ao mesmo tempo às demandas do capital. É nessa dinâmica que se dá a contradição presente no cotidiano profissional.

A profissão emerge para responder às expressões da Questão Social, que surgem após a emergência do Modo de Produção Capitalista, assim, o Estado passa a intervir de forma não policialesca e assistencialista em relação à essas expressões, exigindo assim profissionais qualificados para intervir diretamente na Questão Social. Sendo assim, o Estado passa a exigir a profissionalização do Serviço Social e ampliando o campo de trabalho, portanto, para se ter o entendimento da relação da Questão Social com a profissão é fundamental o entendimento da dinâmica das relações sociais no sistema capitalista.

Sendo o Serviço Social uma profissão inserida no Modo de Produção Capitalista, ele faz parte da organização desse sistema e do movimento que reproduz as condições que

exploram a classe trabalhadora e produz a riqueza da classe dominante. As profissionais trabalham com os antagonismos de classe, estando sujeitas a condições que peculiarizam o exercício profissional “as quais se caracterizam pela concretização da dinâmica das relações sociais vigentes em determinada conjuntura” (MENDES, 2014, p. 91).

Desse modo, a profissão intervém auxiliando no controle social e difunde o pensamento dominante e ao mesmo tempo responde às necessidades da classe trabalhadora, essa contradição polariza a profissão e o exercício profissional. Nesse sentido, o Serviço Social enquanto profissão expressa as necessidades que surgiram devido a condições históricas, que levaram as relações sociais e a reprodução do sistema capitalista.

Percebe-se que as demandas que chegam aos profissionais não surgem dos usuários (classe trabalhadora) que buscam o serviço das Assistentes Sociais, mas sim dos empregadores (Estado e classe dominante).

O Serviço Social no Brasil é uma profissão regulamentada pela Lei nº 8.662/93 (CFESS). No Chile a profissão não possui lei de regulamentação e o código de ética atual é de 2015. No que se refere ao Brasil, apesar de ser uma profissão liberal e poder ter um exercício independente, ela não se diferencia das demais profissões e tem uma condição de profissional assalariado, atuando principalmente na esfera pública. Os seus campos de atuação definem “as condições concretas do exercício profissional” (MENDES, 2014, p. 92). A profissão possui outros traços que caracterizam esse caráter liberal como:

A reivindicação por um conjunto de deveres, princípios e normas (Código de Ética); o caráter não-rotineiro da intervenção, viabilizando uma certa margem de manobra e de liberdade no exercício das funções institucionais; o contato direto com a população usuária, o que reforça um certo espaço para atuação técnica, abrindo a possibilidade de se reorientar a forma de intervenção, conforme a maneira de se interpretar o papel profissional.

O público do Serviço Social no Brasil, devido a condições históricas como a colonização europeia, povo negro e indígena escravizados, capitalismo tardio e dependente, é majoritariamente empobrecido, assim as profissionais interverem “situações sociais que afetam as condições concretas de vida dos usuários” (MENDES, 2014, p.93)

O processo de trabalho das Assistentes Sociais é referente às condições e situações da classe trabalhadora, intervindo na realidade. Assim o exercício profissional está vinculado a um projeto societário que segundo Mendes (2014)

Afirma uma identidade com determinada classe, desenvolvendo um trabalho organizativo e articulador das massas para além de sua atividade técnica, tendo

seu desempenho voltado para contribuir na luta pela hegemonia da classe a que serve. Neste sentido, mostra-se preciso refletir sobre o sentido social da atividade profissional, identificando a quem vem efetivamente servindo este profissional e quais interesses ele reproduz, numa dimensão eminentemente política. (MENDES, 2014, p.94)

Desse modo, o exercício profissional precisa considerar os determinantes sócio-históricos para sua concretização. Para isso a profissão possui a dimensão teórico-metodológica para a ser realizada essa análise. Para além disso a natureza do exercício profissional tem de estar vinculada a perspectiva histórico crítica, que é defendida por Montaño (2007)

No primeiro tópico deste capítulo, foi trabalhado a historicidade da profissão a partir do movimento de reconceituação e seus desdobramentos, fazendo o retorno ao surgimento da profissão na América Latina, ao mesmo tempo que dialoga com a origem da profissão nos Estados Unidos. Além disso, serão apresentadas as tendências profissionais da época e trazer o processo de renovação do Serviço Social no Brasil.

O segundo e último tópico deste trabalho foi objetivado para trazer os métodos desenvolvidos na América Latina entre 1950-1980. Os Métodos desenvolvidos possuem ligação intrínseca com os fundamentos históricos metodológicos da profissão e podem ser identificados como a forma de se compreender a concepção que está presente na profissão, quais os debates sobre formação e exercício profissional, instrumentalidade do Serviço Social e direção social que é defendida.

Os métodos produzidos na profissão foram elaborados em um momento de questionamento das bases conservadoras do Serviço Social e da problematização das teorias sociais que eram utilizadas como positivismo, fenomenologia e marxismo. Além disso, houve uma preocupação em se produzir uma teoria que seria de acordo com as particularidades da América Latina.

Tais métodos não foram desenvolvidos de forma endógena, eles são resultados de movimentos mais amplos da profissão. Sendo resultados do contexto na qual ele foi produzido, assim se faz necessário compreender os movimentos sociais, econômicos e políticos presentes em seu desenvolvimento.

2.1. Serviço Social, lutas e movimentos contestatários: insurgência acadêmica e política

Neste tópico do segundo capítulo, é abordado como se deu o Movimento de Reconceituação na América Latina e quais os seus desdobramentos para a profissão. Além disso, é apresentada as tendências profissionais do processo de renovação da profissão, com ênfase no Brasil.

O Movimento de Reconceituação da América Latina, foi um momento decisivo para o Serviço Social, representando um momento de questionamento das bases conservadoras da profissão. A partir dos anos 60, na América Latina a profissão começa questionar as suas bases de pensamento, atuação e qual o seu papel na sociedade. Para explicar esse processo é desenvolvido neste tópico os desdobramentos da profissão para se chegar a atual concepção de fundamentos teóricos metodológicos da profissão que surge no atual Projeto Ético Político da profissão, que buscou romper com o Serviço Social tradicional.

Iamamoto (2010) traz que “o significado social do trabalho profissional do assistente social depende das relações que estabelece os sujeitos sociais que o contratam, os quais personificam funções direcionadas na sociedade” (IAMAMOTO, 2010, p. 215). Desse modo, após a inserção do capital estrangeiro na América Latina e o processo de dependência latino-americana, apresentada no primeiro capítulo deste trabalho, o Estado que era o maior empregador de assistentes sociais, passa a exigir dos profissionais da área um caráter modernizador e tecnicista. Tal movimento pode ser identificado no Brasil durante o período da ditadura civil-militar.

Segundo Netto (2007), a questão do método é um tema central da teoria social, sociólogos como Durkheim e Weber desenvolveram trabalhos relacionados à metodologia. No que tange a teoria social de Marx o debate acerca do método é fundamental. Ao estudar o método de Marx várias dificuldades e equívocos são apresentados, tais equívocos são resultados do anticomunismo presente no século XX, que adulteraram e falsificaram as concepções de Marx, afirma Netto (2007).

Esses equívocos não são presentes apenas pelos contrários ao método, mas também entre os seguidores de Marx. Um exemplo é durante o Movimento de Reconceituação do Serviço Social no Brasil, onde o marxismo é adotado pela profissão, no entanto de forma distorcida, sendo conhecido por um marxismo sem Marx, Netto (2007). Tais deformações na maioria das vezes são influenciadas por teorias positivistas, na qual o conhecimento da realidade “demandaria os sempre árduos esforços investigativos, substituídos pela

simples "aplicação" do método de Marx" (Netto, 2007, .13). Esse tipo de concepção é reducionista e não tem ligação com o método de Marx, pois simplifica o método como algo resumível.

Ainda em Netto (2007) temos que as críticas a Marx hoje possuem dois eixos temáticos. A primeira relaciona-se com a crítica de que dentro do universo de Marx não existe o debate das dimensões culturais e simbólicas. Essa crítica é refutável a partir do momento que se faz o estudo das obras marxistas. O segundo eixo refere-se que o pensamento de Marx é determinista, de modo que na teoria social de Marx houvesse um evolucionismo, como se qualquer dinâmica de sociedade precisasse ser elevada ao socialismo. Contudo, tais concepções são superadas a partir do momento que se aprofunda e debruça de forma rigorosa aos estudos das obras marxianas e marxistas.⁹

A gênese da teoria marxista tem como problema central "a consolidação, o desenvolvimento e as condições de crise da sociedade burguesa, fundada no modo de produção capitalista" (Netto, 2007, p.17) A perspectiva crítica de Marx não tem por objetivo julgar como boa ou ruim as outras teorias desenvolvidas, mas trazer fundamentos dos processos históricos. Ao analisar a sociedade burguesa, seu objetivo foi descobrir os desdobramentos de sua estrutura e dinâmica.

Assim, o processo de desenvolver o método foi para compreender verdadeiramente a realidade social, o método se desenvolve através de uma demorada investigação. Marx não reduz a teoria a descrever e detalhar com causa e efeito, como no positivismo e empirismo, segundo Netto (2007). Marx traz a teoria como uma modalidade peculiar, na qual: "A teoria é, para Marx, a reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa: pela teoria, o sujeito reproduz em seu pensamento a estrutura e a dinâmica do objeto que pesquisa" (Netto, 2007, p.20)

Dessa maneira, o objeto da pesquisa, possui existência por si, não dependendo de um sujeito (pesquisador). Não se apresenta no imediatismo, se busca apreender a essência - estrutura e dinâmica. De forma que analisando a essência através da análise e síntese o pesquisador reproduz seu plano de pensamento. No método de Marx o objeto é a sociedade burguesa, assim não existe neutralidade no mesmo, no entanto, a verificação da verdade é sempre presente

⁹ Obras Marxianas refere-se às obras diretamente derivadas dos escritos e ideias originais de Karl Marx. Por outro lado, as obras Marxistas são aquelas que se baseiam ou são desenvolvidas a partir da teoria desenvolvida por Karl Marx.

Os instrumentos e técnicas presentes na pesquisa são diversos, contudo, eles não são identificados como métodos, mas sim concepções metodológicas. Nas formulações teóricas metodológicas de Marx “o ser social- e a sociabilidade resulta elementarmente do trabalho” (NETTO, 2007, p. 31).

Marx ao deslocar a crítica da economia política, elabora suas ideias avançando as formulações teórico metodológicas. Suas ideias fundamentais dizem respeito a categorias econômicas e relações de produção. A partir de suas produções ao longo dos anos ele delimita seu objeto de estudo: a produção material, de acordo com Netto (2007). Para entender as relações sociais é preciso compreender a produção burguesa.

Desse modo, a teoria social que estuda a sociedade burguesa, entende os fundamentos da produção material da vida. Marx segundo Netto (2007) afirma que apenas o procedimento analítico não é suficiente para apreender o “real” e “concreto”. Ao estudar a sociedade burguesa e sua teoria social é imprescindível analisar as condições materiais da vida social. Não basta analisar os sujeitos, classes e mercadorias, é necessário estudar o trabalho assalariado, valor, divisão do trabalho, que são categorias centrais do capitalismo.

Nesse sentido, para entender o método de Marx se tem que distinguir “abstração” e “abstrato”. Sendo abstração “a capacidade intelectual que permite extrair de sua contextualidade determinada (de uma totalidade) um elemento, isolá-lo, examiná-lo; é um procedimento intelectual sem o qual a análise é inviável” (Netto, 2007, p.44). A abstração é um recurso indispensável ao pesquisador, pois nela existe a análise. Já o abstrato é identificado como:

Precisamente o que não é na totalidade de que foi extraído: nela, ele se concretiza porquanto está saturado de “muitas determinações”. A realidade é concreta exatamente por isso, por ser “a síntese de muitas determinações”, a “unidade do diverso” que é própria de toda totalidade (Netto, 2007, p. 44).

Como a teoria de Marx analisa a sociedade burguesa em suas diversas categorias, ela se torna uma teoria rica em categorias, contrário a outras teorias como a positivista, em que uma de suas características de análise é a simplificação. Netto (2007), afirma que para Marx o método não é um conjunto de regras que deve ser aplicado. Marx não descobriu a estrutura do capital, ele apenas a extraiu. Assim “é a estrutura e a dinâmica do objeto que comandam os procedimentos do pesquisador” (Netto, 2007, p.53)

Além disso, Netto (2007, p. 54), afirma que é preciso manter “a indissociável conexão que existe em Marx entre elaboração teórica e formulação metodológica”. Dessa forma, os fundamentos teóricos metodológicos são cruciais na teoria marxista. Porque a sociedade

capitalista é contraditória. Devido a essa contradição é preciso a pesquisa para conseguir compreendê-la.

A Assistente Social é um profissional assalariado, ou seja, que vende a sua força de trabalho, por o Serviço Social estar inscrito na divisão sociotécnica do trabalho. Assim, “essa mesma atividade se realiza por meio de distintas relações sociais” (Iamamoto, 2010, p.2019). Esse fato, condiciona os profissionais a incorporarem parâmetros institucionais e trabalhistas, que irão regular o trabalho, seja como controle de trabalho, índices de produtividade e metas. Tais exigências se materializam em atribuições, dessa maneira, a partir das mudanças políticas, sociais, econômicas e culturais que a América Latina sofre, surgem novas demandas para os profissionais, que levaram a um questionamento acerca da profissão e das contradições presentes no trabalho das Assistentes Sociais. É neste terreno de contradições que está presente o protagonismo profissional.

Ainda que os profissionais disponham, no mercado de trabalho, de uma relativa autonomia na condição de suas atividades, os empregadores articulam um conjunto de condições que informam o processamento da ação e condicionam a possibilidade de realização dos resultados projetados, estabelecendo as condições sociais em que ocorre a materialização do projeto profissional em espaços ocupacionais específicos. (Iamamoto, 2010, p. 2019).

Dessa maneira, para se pensar os projetos profissionais presentes ao longo da história do Serviço Social, se faz necessário uma articulação entre a dupla dimensão das condições macrosociedadeiras que se exerce a profissão e as respostas sócio-históricas, éticos-políticas e técnicas do contexto analisado, segundo Iamamoto (2010). Os projetos profissionais estão vinculados a projetos societários, que respondem a necessidades sociais e transformações da história. Assim, é preciso identificar quais as forças sociais que estão em disputa nesses projetos societários e compreender o movimento sócio-histórico na qual as assistentes sociais estavam inseridas.

2.2. Os métodos básicos: expressão da recusa as concepções clássicas importadas

Quadro 1: Métodos Autóctones elaborados pelo Serviço Social na América Latina entre os anos de 1950-1990.

PAÍS	MÉTODO	AUTORIA	ANO
Porto Rico	Método Integrado polivalente	Antonia Suarez de Ortiz	1959
México	-Metodología básica o general -Investigación participativa	-Maria Angelica Gallardo Clark - Antón de Schutter	1973
Cuba	Método Hanton		
Colômbia	-Acción transformadora -Método de trabajo activo con la comunidade -Investigación Acción - La alternativa -Modelo de Intervención em lo social - Formación integral participativa -Capacitación para la particioación comunitária -Investigación Acción Participativa	-Manuel Zabala -Amanda Gómez Gómez -Orlando Fals Borda -Lorenzo SantaMaria -Cámara de Comercio -Cámara de Comercio -SENA -Ernesto Parra	-2000 -1969 -1971 -1972 -1981 -1997 -1997 -1997 --
Venezuela	Método de Intervención em la realidade	Boris Alexis Lima	1977

Argentina	-Modelo de sistematización de la practica	- Maria Mercedes Gagnetten	-1984
	-Método de la militância y el compromiso	- Ezequiel Ander Egg	-1976
	-Metodología de la animación sociocultura	-Ezequiel Ander Egg	-1960
Chile	-Método Básico	-Universidad Católica de Chile	-1969
	-Método Único	- Universidad de Concepción	-1971
	-Enfoque operativo de la metodologia de Trabajo Social	-Nidia Aywin	-1976
Brasil	-Método de Araxá	-Centro Brasileño de cooperación e intercambio de Serviço Social	-1967
	-Método temático o de concientización	- Paulo Freire	-1967

Fonte: Metodologías y Métodos de Trabajo Social en 68 libros ubicados en bibliotecas de unidade académicas de trabajo social en Bogotá

Este quadro síntese, ilustra como a profissão na América Latina rejeitou a mera adoção de métodos importados e clássicos, optando por uma abordagem autóctone nos países em que a profissão já se fazia presente, buscando responder às questões formativas e interventivas nas respectivas particularidades. Contudo, alguns métodos compartilham características comuns, como objetivos e objetos. Além disso, certos métodos exerceram influência sobre outros, como

exemplificado pelo impacto do Método Básico do Chile no desenvolvimento do Método BH no Brasil, uma discussão que será explorada ao longo deste tópico.

Neste último tópico do trabalho foi abordado os diversos métodos desenvolvidos na América Latina durante o MRLA e a repercussão deste na Espanha, especialmente na elaboração do Método Básico. Os métodos que terão ênfase nesta parte do trabalho são: **Método Básico do Chile (1969), Método BH (1972) do Brasil e Método Colomer (1973), da Espanha.**

Tais métodos foram desenvolvidos em um momento de questionamento, autocrítica e construção da profissão, na qual se inicia um processo de questionamento dos métodos tradicionais, como o Desenvolvimento de Comunidade, apresentado no primeiro capítulo. As técnicas convencionais, chamadas Métodos tradicionais, eram trazidas de nações estrangeiras, como os Estados Unidos. No contexto da América Latina, a evolução dessas técnicas refletia a busca por abordagens que se alinhassem com as especificidades da região e, ao mesmo tempo, refletisse críticas construtivas em relação aos modelos importados.

O desenvolvimentismo, o capitalismo, os movimentos contestatórios fazem com que a profissão seja impactada. Assim, ocorre um questionamento especialmente em relação às teorias e modelos importados, ao mesmo tempo que questiona o seu papel e seu objeto de intervenção. As elaborações como respostas da profissão neste processo são também os chamados Métodos Básicos, Método BH e Método Colomer desenvolvido em diferentes latitudes, mas que possuem pontos convergentes.

Estes métodos, ainda que singulares, mantêm relação com os fundamentos históricos e teórico-metodológicos indissociáveis com o exercício profissional, pois foram elaborados dentro do movimento mais amplo da profissão, e inseparáveis da história que o produz. Segundo Iamamoto (2011), a profissão é produto histórico, sendo assim, ela emerge como uma expressão de seu tempo e das relações sociais do modo de produção capitalista. Assim, as mudanças no seu interior também são um produto histórico.

Ao examinarmos o MRLA é essencial compreender que se tratou de um movimento que se manifestou no cenário profissional e político latino-americano, mas que repercutiu em países como Espanha e Portugal. Para uma compreensão profunda desse movimento, torna-se indispensável situar o contexto social, político, econômico e cultural específico Ibero-Americano, a partir de uma perspectiva histórico-crítica.

A perspectiva histórico crítica exige que os profissionais considerem e entendam “as contradições da realidade que põem e repõem os elementos que historicamente compõe perfis

profissionais” (GUERRA, 2018, p.25). Assim, as/os assistentes sociais precisam de uma formação profissional que responda aos dilemas do cotidiano¹⁰. Nessa perspectiva, a formação profissional é direcionada para compreender as condições concretas que marcam a conjuntura atual, que cada vez mais explora a classe trabalhadora e atende e enriquece a classe dominante.

Historicamente a profissão encontra dilemas e impasses em sua atuação, de acordo com Guerra (2018). Questionar as fragilidades teórico-metodológicas e técnico-operativas é um exercício que deve ser desenvolvido a fim de fortalecer o projeto de formação que os profissionais estão defendendo.

O debate sobre os Fundamentos do Serviço Social ganha centralidade no Brasil, nos anos 80, do século XX, segundo Guerra (2018), quando dentro da profissão ocorre uma análise das bases curriculares, exercício profissional e formação profissional, e caudatário do Processo de Renovação da Profissão no Brasil. Apesar de ser um marco para a profissão, o início do debate possui algumas tendências ao pensamento hegemônico da classe dominante. Posteriormente, esse debate constituiu-se em um objeto de crítica e autocrítica. Essa revisão crítica é algo presente nos projetos de formação profissional, pois a dinâmica da sociedade vai se alterando e a profissão precisa estar em processo de atualização constantemente.

Nesse processo, a gênese do debate acerca dos fundamentos vem da necessidade de “superar a tricotomia história/teoria/método resultante da revisão do projeto de formação dos anos de 1980” (GUERRA, 2018, p.27). O debate traz em suas fundamentações superar a intervenção e visão tradicional do Serviço Social de Caso, Grupo e Comunidade, afastando a profissão da tricotomia citada anteriormente.

Ao pensar a direção crítica e autocrítica o questionamento é primordial, porque nesse processo se identifica diferentes projetos profissionais, que no processo de Renovação do Serviço brasileiro se expressaram como: a vertente modernizadora; a reatualização do conservadorismo e a intenção de ruptura, no período dos anos entre 1960 a 1980. Na década de noventa, Netto (1995) informa que outras duas vertentes se apresentavam na disputa: A perspectiva modernizadora e a intenção de ruptura. Tais projetos estão alinhados a determinados projetos societários e respondem a interesses de determinada classe social. Perguntas como “*qual a concepção da profissão?*”; “*qual perfil profissional?*”; “*qual o*

¹⁰ É no cotidiano que se encontra a totalidade, uma totalidade que deve ser analisada de forma histórica. Nele se encontram componentes estruturais que fundamentam a cotidianidade como: heterogeneidade, imediatividade e superficialidade. “A vida cotidiana é o conjunto de atividades que caracteriza a reprodução dos homens singulares, que por seu turno, criam a possibilidade de reprodução social” (NETTO E CARVALHO, 2007, p.26). Para melhor entendimento ver o livro “Cotidiano: Conhecimento e Crítica”.

significado sócio-histórico da profissão?”; “*quais as dimensões da profissão?*”; “*que exercício e que formação profissional são defendidas?*”, são centrais para identificar os distintos projetos profissionais.

Esses projetos estão em disputa e a relação da profissão com a realidade social explica esse fato, devido a dinâmica do capital e suas crises. Portanto, não se pode entender o Serviço Social de forma endógena, mas sim ter uma compreensão teórico-política, na qual se estuda as relações sociais e o modo de produção capitalista e que de forma crítica os profissionais construam respostas às demandas postas no cotidiano profissional.

É preciso formar assistentes sociais que possuam uma sólida fundamentação teórico-metodológica para interpretar a realidade na qual intervêm, que sejam capazes de desvelar as particularidades da profissão sem incorrer no endogenismo, que, em verdade, é apenas um modo de se apropriar da profissão encerrando a análise do Serviço Social em si mesmo (GUERRA, 2018, p.29)

Guerra (2018), aponta que existem três tendências presentes na formação dos profissionais, sendo elas: teoricismo, metodologismo e concepção histórica cronológica. Nelas se identifica a racionalidade formal abstrata.

O teoricismo transmite pensamentos genéricos se apropriando do idealismo do real, e pode estar vinculado a diversas vertentes. Essa tendência tem uma abordagem que possui lacunas e não consegue ter uma análise crítica. Não se pensa a profissão em determinado contexto, conjuntura, racionalidades, equipamentos e dimensões.

Ao superar as tendências metodologistas debates como instrumentos, técnicas estratégias e táticas são desenvolvidas na formação profissional, na qual a dimensão técnico-operativa não se fundamenta nela mesmo. Dessa maneira, entende-se que a instrumentalidade está além dos instrumentos e técnicas.

A última tendência é a histórica cronológica, na qual, se tem a sucessão de fatos, como se a Segunda Guerra Mundial levasse ao hegemonismo dos Estados Unidos em uma ordem temporal, sem análise e entendimento dos movimentos, avanços e retrocessos da história. Essa tendência vai ao contrário ao materialismo histórico dialético, que é o estudo defendido pela perspectiva histórico crítica.

Quadro 2: Características dos Métodos Analisados

	Método BH	Método Básico	Método Colomer
Ano	1972	1969	1973
Concepção de profissão	Questionamento do papel da profissão na reprodução das desigualdades	Reestruturação da formação profissional	Atuação não obsoleta, como a dos Métodos importados, análise das necessidades sociais
Objeto	Classe trabalhadora	Classe trabalhadora	Classe trabalhadora
Objetivo	Romper com as bases tradicionais da profissão.	Romper com as bases tradicionais da profissão	Romper com as bases tradicionais da profissão
Modo de intervenção	Investigação, Interpretação, programação, Execução e Avaliação.	Investigação Significativa, Interpretação Diagnóstica, Aproximação II, Programação, Execução de Projetos, Revisão e Sistematização Geral	Planejamento, carácter operativo e interpretação de dados.

Teoria e referência	Paulo Freire, Josué de Castro, Eduardo Galeano	Marx, Lênin	Herman Kruse, Friedlander
---------------------	--	-------------	---------------------------

2.2.1 O Método Básico do Chile

Nesta seção, recorreremos às elaborações de QUIRÓZ (1972), situando-se como referência no Chile quanto ao tema em tela e que traremos a seguir suas reflexões. O Serviço Social, inserido na divisão sócio-técnica do trabalho, emergiu como um produto destinado a beneficiar os grupos dominantes, conforme destacado por Quiróz (1972). Nesse contexto, no início da profissão, muitas vezes aceitavam-se demandas sem questionar o sistema econômico, político, social e cultural em vigor. Nesse período “se habló de adaptación del individuo al medio” (QUIRÓZ, 1972, p. 1), com a intenção de suavizar as expressões da Questão Social, como má distribuição de alimentos, questão habitacional, analfabetismo, desemprego, entre outras ali presentes.

Foi na primeira metade de 1960 que a crítica ao capitalismo floresceu na América Latina e, no âmbito do Serviço Social, surgiu a necessidade de emancipar-se das funções anteriormente atribuídas, como apenas executores de políticas sociais, uma ação profissional tecnicista, ligado ao positivismo e sem uma atuação profissional crítica. Esse período marcou o despertar para a busca de uma identidade própria e a construção de uma atuação independente. “Surge la búsqueda de la metodología, se presenta la necesidad de definir objetivos, objeto del Trabajo Social el rol del Trabajo Social, etc. campos de acción” (QUIRÓZ, 1972, p.1). Nessa época, profissionais do Serviço Social passaram a questionar seu papel na reprodução das desigualdades sociais e no favorecimento dos grupos dominantes.

O Serviço Social almejava uma metodologia própria, uma abordagem que compreendesse a realidade latino-americana em sua essência, livre de influências externas.

Mirado a la distancia, el camino no podía ser otro: la búsqueda de la formación de un nuevo tipo de profesional de T.S. bajo condiciones académico-docentes sustancialmente diferentes a las de la Asistencia social paliativa como actividad subprofesional auxiliar, demandaría inexorablemente de la búsqueda de contenidos (filosóficos, teóricos y metodológicos) acordes al nuevo nivel. Los provenientes del "social work" estadounidense, con cada vez más cantidad de traducciones al español, pronto perderían vigencia [...] (BARREIX, 2003, p. 21).

As/os Assistentes Sociais deveriam reconhecer que, em sua prática profissional, as questões iam além do simples desempenho de uma função, pois trabalhavam considerando as possibilidades e desafios impostos pelo contexto.

No cotidiano da profissão, diversas variáveis interagiam, exigindo uma compreensão profunda e totalitária das demandas sociais. Era necessário, portanto, que o Serviço Social amadurecesse e desenvolvesse uma metodologia consciente de sua dimensão social, como apontado por Quiróz (1972).

Através dessas reflexões, as Escolas de Serviço Social do Chile e os profissionais conseguiram identificar três etapas metodológicas distintas. A primeira delas foi a *Etapas de Objetivo de Integração*. Nesse período, o foco estava na integração do indivíduo, grupo e comunidade, com a Assistente Social atuando como mediadora e motivadora. No entanto, a abordagem era geral e não envolvia uma análise crítica materialista.

Nessa fase, o indivíduo ocupava um papel central, porém de maneira generalizada, sem levar em conta as questões de raça, classe, gênero e interesses antagônicos. A prática integralista resultava em uma metodologia acrítica, na qual o indivíduo era visto como egoísta, como ressaltado por Quiróz (1972). "Se trata de un idealismo que opera un nombre del Hombre Integral, se comenta a Mouniar y Maritain y esa satisfacción en la filosofía social nos oculta las leyes que operan la reproducción de la dominación (QUIROZ, 1972, p. 2).

A noção de integração estava relacionada ao conceito de Desenvolvimento de Comunidade, já discutido anteriormente.

A segunda fase analisada foi denominada *Objetivos*, compreendendo três pontos fundamentais: conscientização, fortalecimento dos grupos populares e colaboração em projetos específicos de bem-estar. Esses pontos refletem um notável amadurecimento profissional, resultado dos estudos realizados por docentes e discentes das Escolas de Serviço Social, bem

como das condições sociais do Chile na época. Assim, um grupo significativo destacou que era preciso ultrapassar o método grupo e comunidade.

Naquela época, o governo promovia projetos reformistas, incluindo ações voltadas para a reforma agrária, o que criou um cenário propício para uma maior crítica social. Recordemos que o país vivia o avanço de forças democráticas sob o governo de Allende. Esse contexto estimulou o aumento dos questionamentos no interior do Serviço Social, levando à busca por uma nova metodologia que atendesse aos interesses populares.

Nesse momento de efervescência e reflexão, os estudos e ideias de Paulo Freire, mas não somente¹¹, exerceram uma profunda influência na profissão no Chile. As contribuições de Freire para a educação popular e para a conscientização das classes oprimidas ecoaram fortemente no trabalho das Assistentes Sociais, impulsionando-as a repensar suas práticas e a adotar uma abordagem mais crítica e engajada.

No entanto, uma questão crucial não foi devidamente considerada: o papel da classe trabalhadora na sociedade e a resistência que a classe dominante exerceria para conter qualquer tentativa de revolução, a menos que houvesse uma organização popular sólida. Apesar do amadurecimento político, ainda persiste uma lacuna no comprometimento com a causa da classe trabalhadora. A metodologia que estava sendo elaborada possuía um caráter reformista, porém, negligenciou-se o aspecto essencial: o modo de produção capitalista.

Essa metodologia foi chamada de **Método Básico**, “La metodología utilizando en ese entonces era el método básico, el cual tenía las características del método científico tradicional con sus etapas de : Investigación, Interpretación, Programación , Ejecución y Evaluación (QUIRÓZ, 1972, p. 3).

No Método Básico a etapa de planejamento foi tida como prioritária, integrando alguns métodos de Paulo Freire, como a investigação. O período de desenvolvimento e transição do Método Básico foi marcado por encontros e seminários.

En los encuentros y seminarios organizados por el ISI (Instituto de Solidaridad Internacional) en Caracas Venezuela 1968, Montavidad- Uruguay 1969- San José de Costa Rica 1970-Bonn-Alemania 1970, como asimismo la Escuela de Trabajo Social dela Universidad Católica de Valparaíso, a los Asistentes Sociales Agro, a través de Cora y se presentó en el encuentro de Asistentes Sociales realizado en Maipú 1970. En general este período no fue homogéneo, aunque estos son sus rasgos más fundamentales el pensamiento

¹¹ Los aportes de Josué De Castro, Cardoso, Faletto, Fals Borda y, algo después Paulo Freireharían, a partir de ahí, su entrada vigorosa a las arenas movedizas del pensar y del accionar profesional. Libros como el de Eduardo Galeano (Las venas abiertas de América Latina), de Ezequiel Ander-Egg (El mundo en que vivimos) jugaron muy importante papel haciendo caer los Velos de las falacias desarrollistas (BARREIX, 1973, p. 12).

fue sufriendo modificaciones en la medida, que se iba confrontando con la práctica (QUIRÓZ, 1972, p.3).

Em 1958, Helena Junqueira publicou um artigo intitulado “Os princípios básicos aplicados do Serviço Social”, na qual ela irá defender acerca do Método Básico. Esse processo de elaboração do Método Básico, se dá através do esforço teórico de conceituação da prática profissional. Dessa forma, Helena Junqueira afirma que o Método Básico se formula no estudo do indivíduo, do grupo e da comunidade, compreendendo suas necessidades e potencialidades, buscando “ fusión de la dimensión operativa de los métodos tradicionales” (ACOSTA et.al, 2003, p. 155).

Em 1969 o IV Seminário, que ocorreu em Concepción, coordenado por Luiz Araneda, abordou temas como: alienação, instrumentos, ideias e perspectiva da profissão. Assim, após reflexões o método toma uma forma interventiva. Entretanto, anteriormente em 1966, se iniciou um processo de questionamento metodológico dos métodos tradicionais. No ano de 1968, foi publicado o documento que percorre a América Latina, “Método Básico”, que foi definido politicamente como “Opção para mudanças estruturais”.

O método enfrentou o desafio “del estado de necesidad” (x xxx), pois a antiga metodologia não considerava a estrutura da sociedade nem a capacitação técnica necessária. Por esse motivo, tornou-se imperativo realizar modificações significativas. Além disso, o Método valorizava a educação em todas as etapas de desenvolvimento e execução, influenciado pelas referências de Paulo Freire. Desse modo ele se adequa “según la realidad nuestra y las características del cuerpo teórico-práctico del Trabajo Social en su nueva orientación” (GALLARDO, 1976, p.24).

O método compreendia diversas etapas, conforme mencionadas anteriormente: *Investigação, Interpretação, Programação, Execução e Avaliação*. Ele reconhecia a lacuna teórica que existia no Serviço Social, uma vez que a profissão antes era focada exclusivamente na prática profissional, sem explorar as conexões entre teoria e prática. Existe a compreensão de que sempre haverá novos aspectos a serem estudados e refletidos. “Debe además, actuarse sobre la base de los requerimientos de las Situaciones Sociales con que se está trabajando, acerca de las cuales se obtendrá una visión de conjunto una vez realizada una indagación preliminar” (GALLARDO, 1976, p.26).

No Método Básico as técnicas são amplificadas como o registro de campo e elaboração de documentos, nele se trabalha a realidade social, assim sempre se deve estar atualizado, utilizando as técnicas desenvolvidas.

La ideología que lo sustenta, es la ideología de quienes nada poseen, en compromiso consecuente con el hombre y su liberación. Por esta razón todos los procesos metodológicos son realizados “com” las gentes, quienes, a raíz de la Educación en sus modalidades capacitación técnica, básica y de asesoría social, estarán en condiciones de actuar para sí. Se habla entonces de Investigación, Programación, etc., participada. (GALLARDO, 1976, p.26)

Os resultados almejados pelo Método incluíam o atendimento às demandas solicitadas, a elaboração de uma teoria própria e o desenvolvimento da consciência crítica dos indivíduos. Esses resultados estavam sujeitos a mudanças e aperfeiçoamentos de acordo com as necessidades que pudessem surgir.

É importante salientar que o método desenvolvido nas universidades não era amplamente aceito pela comunidade profissional, pois não se tratava de uma abordagem homogênea. As docentes e profissionais vinculadas à universidade possuíam práticas profissionais e compromissos políticos distintos da maioria das profissionais chilenas. A influência da democracia cristã era presente no Serviço Social e estava disseminada na profissão, conforme ressaltado por Quiróz (1972). Portanto, muitas vezes as respostas procuradas pelas escolas de Serviço Social não eram encontradas, e era necessário um movimento para difundir o Método Básico.

2.2.2 O Método BH

No contexto brasileiro, para uma compreensão mais aprofundada do Movimento de Reconceituação, é essencial examinar não apenas o período da Ditadura Civil-Militar (1964-1985), mas também os anos anteriores a esse período. Além disso, é crucial analisar os desdobramentos desse movimento e o subsequente processo de redemocratização no país. Ao explorarmos a origem da Reconceituação no Brasil, torna-se evidente que ela surge como uma resposta aos interesses da autocracia burguesa. De acordo com Batistone (2017), essa tendência conhecida como "perspectiva modernizadora" emergiu internamente na profissão. Sua presença pode ser rastreada em documentos de encontros como os de Teresópolis e Araxá.

Nestes registros, torna-se possível identificar traços distintivos dessa abordagem modernizadora, a qual era orientada pelos interesses da burguesia então detentora do poder.

Entretanto, apesar da profissão ter uma perspectiva que atendia a classe dominante, surge no interior do Serviço Social, movimentos contestatórios à essa atuação modernizadora. A Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais responsável pelo surgimento desse novo modelo de perspectiva dentro da profissão, desenvolveu um novo Método, que foi elaborado entre 1971-1976. Segundo Batistone (2017, p. 137) “A Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais, no contexto do regime autocrático, foi um núcleo de oposição e contestação, sob os influxos das mudanças acadêmico-profissionais da Reconceituação.”

Este movimento contestatório, teve influência dos movimentos que estavam emergindo nos países de língua hispânicas. Dessa forma, foi um movimento pioneiro para a intenção de ruptura no Brasil. Essa nova experiência emerge após o AI-5

O Ato Institucional nº 5, AI-5, baixado em 13 de dezembro de 1968, durante o governo do general Costa e Silva, foi a expressão mais acabada da ditadura militar brasileira (1964-1985). Vigorou até dezembro de 1978 e produziu um elenco de ações arbitrárias de efeitos duradouros. Definiu o momento mais duro do regime, dando poder de exceção aos governantes para punir arbitrariamente os que fossem inimigos do regime ou como tal considerados. (FGV, 2021)

. Devido à grande repressão da ditadura, ficou impossibilitado a continuidade e difusão desse projeto da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais. Desse modo, o projeto fica abandonado até o final da década de setenta. No entanto, no meio acadêmico e profissional latino-americano, a tese do projeto ganha relevância, devido à sua vinculação com os demais métodos que estavam sendo desenvolvidos na América Latina.

O MRLA foi impulsionado pelos movimentos sociais que ocorriam no continente a partir da experiência Cubana, que ampliou a ideia de anti-imperialismo. Esse período de efervescência social, segundo Batistone (2017), demarca expansão e crise do capital, levando conseqüentemente à erosão do Serviço Social Tradicional, criando uma base para o movimento de reconceituação, pois passa-se a questionar a profissão, sua finalidade e formação profissional. Esse fato, marca uma articulação político-profissional, segundo a referida autora, de forma que se tem uma união entre os países, com objetivo de uma mudança dentro da profissão.

Batistone (2017), discorre que o movimento tinha cinco eixos de preocupação fundamental, sendo eles:

- 1) a busca pela construção de um novo Serviço Social/ Trabajo Social latino-americano, enraizado em seus processos sócio-históricos e capaz de decifrar os rumos de sua condição de dependência com os países centrais, contextualizando a inserção profissional; 2) os esforços de reconstrução do próprio Serviço Social, na recusa e crítica ao tradicionalismo, denunciando a sua pretensa neutralidade político-ideológica e debilidade teórica; 3) a necessidade de atribuir um estatuto científico ao Serviço Social; 4) a afirmação do compromisso com as lutas dos “oprimidos” pela “transformação social”, numa explícita politização da ação profissional; e 5) a reestruturação da formação profissional na articulação entre ensino, investigação e prática profissional, evidenciando serem as escolas universitárias o principal lócus da Reconceituação (BATISTONE, 2017, p. 139)

Na orientação teórica buscou-se uma aproximação com o “pensamento crítico”, consequentemente uma aproximação à tradição marxista. Batistoni (2017) expõe que os desdobramentos da ditadura militar, levou a instabilidade dos empregos e arrocho salarial. Esses fatos trouxeram insatisfações à classe trabalhadora, à pequena burguesia e aos movimentos estudantis universitários. Dessa forma, nasce uma cultura de esquerda (livros, músicas, teatros, movimentos culturais, etc), Dentro das universidades ocorre uma politização das esferas, consequência disso, durante a ditadura muitos discentes e docentes foram presos, torturados ou mortos. Outro fato que ocorre é que muitos cursos, disciplinas foram proibidas durante o governo repressivo da ditadura civil militar.

Em contrapartida, se tem uma radicalização da esquerda, principalmente dentro das Ciências Sociais, que está diretamente ligada à profissão. Como Belo Horizonte é uma região metropolitana, ela sofreu uma grande industrialização e modernização, sendo um campo fértil para a elite reacionária brasileira, no entanto, também foi campo para crescimento dos movimentos populares, sindicatos, greves e do crescimento do movimento estudantil, principalmente por parte das universidades. Nesse período “Teve início o estudo da crítica da economia política entre seus intelectuais, que, no exílio, desenvolveram a teoria da dependência (Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra e Teotônio dos Santos)” (BATISTONE, 2017, p. 141).

Foi nessa conjuntura de lutas sociais, políticas e de forças progressistas, que se iniciou o movimento dentro da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais, para expressão e criação desse novo projeto profissional. Leila Lima Santos e Ana Maia Quiroga, que era docentes da Escola da época, foram protagonistas na elaboração desse projeto onde se buscava “Romper com o tradicionalismo no Serviço Social em suas implicações

teórico-metodológicas e práticas, marcando uma inflexão na dinâmica de ensino da escola e da profissão no país” (BATISTONE, 2017, p. 142).

Nessa equipe da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais, existiam profissionais que eram orientados pelo movimento de educação de base, ligada à pedagogia de Paulo Freire e ao Desenvolvimento de Comunidade. Método utilizado nos anos 1950, conforme discutido anteriormente, e que foi de grande relevância para o questionamento do Serviço Social Tradicional. Além disso, contava com uma ampla equipe de profissionais, ligados a diversas áreas como: jornalismo, história, filosofia, sociologia, que criticavam o modo de produção capitalista.

Foi realizada então uma proposta de reformulação no âmbito da elaboração teórica da profissão, de acordo com Batistone (2017). Essa preocupação teórico-prática, buscava mudanças nas bases curriculares do curso. Essas mudanças implicam ações em dois níveis: na reestruturação teórico-prático, de acordo com as diretrizes do Ministério da Educação MEC e busca por uma revisão curricular, articulada com a pesquisa, docência e prática. As unidades de ensino e pesquisa, foi algo novo nas escolas de Serviço Social, isso trouxe um contato com a realidade, com programas de estudo e pesquisa, possibilitando assim avanços em relação ao exercício profissional e formação teórica.

A partir desses avanços do exercício profissional e formação teórica, passou a se buscar um perfil profissional com competências teóricas, políticas e interventiva. A extensão universitária e o estágio, envolveu novas esferas para participação dos estudantes. Dessa forma, houve uma busca por expandir o chamado “Método BH”. O método criticava a neutralidade e o caráter segmentado que se tinha para analisar os fenômenos sociais, aqui se pode identificar uma característica que ia ao oposto da perspectiva modernizadora. Contudo, o método apresentava uma ausência das obras originais de Marx, não desvendando as relações sociais, e possuía um traço eclético em sua elaboração. Apesar das falhas, a incorporação do Marxismo abriu horizontes para o processo de Renovação do Serviço Social.

Em 1975, esse processo foi interrompido, devido à demissão em massa dos docentes da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais. Será no final da década de setenta e início dos anos oitenta, com a ascensão dos movimentos sociais e processo de redemocratização do país, que ocorre um resgate do método. Essas determinações, levarão ao processo de renovação da profissão, mas a autora trás que ainda não se tinha pressupostos teóricos críticos para sustentar a renovação. Sendo assim, foi necessária muita pesquisa teórico crítica, para que a profissão realmente rompesse com o serviço social tradicional e chegasse ao

projeto profissional atual, que é direcionado pelo Projeto Ético Político da profissão, que tem a liberdade como princípio fundamental.

Netto (2005) ao que se refere ao Método BH, afirma que nos textos acadêmicos de 1970-1980, encontrados na Escola Católica de Serviço Social de Minas Gerais, apontam para uma abordagem ligada ao processo de ruptura do Serviço Social brasileiro. Projeto que para Netto (2005, p.268) “remete à tradição marxista; fá-lo, entretanto, diversamente ao longo do seu processo – e as alterações que aí se registram configuram exatamente a relação de continuidade e mudança que desejamos salientar”. Essa aproximação à tradição marxista liga-se à militância política, que devido ao processo de lutas e movimentos sociais, foram trazidos ao longo do trabalho e do processo de democratização no país que estava efervescente.

Entretanto, essa aproximação ocorreu sem a devida profundidade e revisão teórica, resultando em lacunas significativas e em um enfoque reducionista da teoria marxista. Conforme assinalado por Netto (2005), nos documentos de Belo Horizonte, identifica-se a presença de um lastro eclético. No entanto, é fundamental ressaltar que essas considerações não diminuem a importância dos documentos que fundamentam o Método BH para a profissão. Na verdade, os documentos desempenharam um papel fundamental ao catalisar a retomada da crítica e da revisão do tradicionalismo no âmbito do Serviço Social brasileiro “tiveram um papel significativo quando se põe circunstâncias para que a linha da ruptura transcenda os muros da academia e penetre a categoria profissional” (NETTO, 2005, p.270).

A abordagem do Método BH conferiu destaque à dimensão prático-operativa, anteriormente pouco explorada no âmbito do conhecimento em Serviço Social. Além de enfatizar uma compreensão mais aprofundada da realidade trabalhada, a abordagem também promove uma prática diversificada e investigativa. Adicionalmente, vale ressaltar que a pesquisa acadêmica é contemplada, porém, sem adotar um enfoque positivista.

A resultante deste processo de maturação é o direcionamento da reflexão (e da ação) para práticas institucionais e o redimensionamento das possibilidades profissional-interventivas no marco das políticas sociais, inclusive as de assistência - numa colocação pioneira do desenvolvimento da projeção da ruptura (NETTO, 2005, p.272).

Netto (2007), afirma que o Método era uma alternativa impar buscando “a construção de uma alternativa global ao tradicionalismo” (NETTO, 2007, p.276). Tal traço é o que marca o Método com o processo de ruptura com o Serviço Social tradicional. O Método foi além de questões de crítica ideológicas ou metodológicas do tradicionalismo, ele possuía todo um projeto profissional, que abrangia um conjunto de suporte acadêmicos e técnicos para os

profissionais de Serviço Social, Netto (2007). Esse traço globalizante será crucial, para que posteriormente no momento de ruptura o projeto seja consolidado, o Método é um marco no processo de renovação.

Para a equipe que desenvolveu o Método realizam uma sùmula, na qual ela faz uma crítica ao tradicionalismo sendo elas:

a) ideopolíticas: critica-se a sua aparente “neutralidade” que, de fato, “se traduz no desempenho de funções voltadas para a defesa de determinados interesses”, exercendo realmente, “um papel conservador” (Análise histórica..., p.6);

b) teórico-metodológica: nele, “os elementos teóricos não são revelados enquanto um corpo que orienta a ação, embora estejam subjacentes à atuação profissional”; “ a realidade é concebida de modo abstrato e departamentalizado e os fenômenos sociais são explicados de modo fragmentário, a partir de uma visão microscópica e mutilada do mundo”; em última análise, o que o tradicionalismo oferece é “uma visão dicotômica entre a realidade social e os grupos sociais, entre a sociedade e os homens, entre o sujeito e o objeto”

c) operativo-funcionais: na perspectiva do tradicionalismo “ os elementos constitutivos da ação metódica não são explicados claramente” ; “ o objeto é definido unilateralmente, ora referindo-se à realidade objetiva, ora à realidade subjetiva”; “ não existe a preocupação de se delimitar as áreas prioritárias de atuação”, os escolhidos são somente segundo “o critério de localização dos indivíduos, grupos ou comunidades”; enfim, o que compete ao Serviço Social tradicional é “eliminar as disfunções, os problemas de desadaptação, as condutas desviadas” (Análise histórica...; pp.6-7). (NETTO, 2007, p.278).

As formulações do Método possuíam uma base ideopolítica diferente do tradicionalismo. Seu desenvolvimento buscou definir objeto e objetivos, sendo o objeto “a ação social da classe oprimida” e os objetivos “a transformação da sociedade e do homem e a conscientização, a capacitação e organização” (NETTO, 2005, p.279). Houve uma busca por historicizar os objetivos e objetos profissionais, fazem parte do processo metodológico aponta Netto (2005, p. 285) : “Pauta interventiva originalmente articulada sobre sete “momentos”: I, Investigação Significativa, Interpretação Diagnóstica, Aproximação II, Programação, Execução de Projetos, Revisão e Sistematização Geral. “

Uma das questões problemáticas relacionadas ao objeto e aos objetivos residia na concepção de classe, revelando uma carência teórica, principalmente em relação às

particularidades brasileiras, “não foi operada com profundidade crítica” (NETTO, 2007, 280”. Além disso, posicionou-se a profissão como uma força transformadora da sociedade, embora não se delineava claramente qual era a natureza dessa transformação almejada, o referido autor afirma que ela era uma explicação insuficiente. Vale destacar que a transformação não é uma prerrogativa exclusiva do Serviço Social; ela é efetuada por meio de um conjunto de complexas interações e esforços de organização popular. Esse aspecto, portanto, apresentava uma deficiência explicativa.

Os formuladores se inspiraram na teoria leniniana, que apresenta contradição dentro do marxismo. A discussão vai logo para a teoria-prática, sem uma maior análise, existe o que Netto (2007, p.282) afirma com “simplismo e vulgarismo desses fundamentos”. Há três implicações no Método que devem ser destacadas:

A primeira refere-se às relações entre teoria e ciência – não há dúvidas de que os formuladores mineiros equalizam os dois termos: “A teoria é [...] um conhecimento científico do mundo” (Santos, 1985:25). A segunda consiste na redução da atividade teórica a procedimentos sistematizadores: “ O conteúdo da teoria é constituído pela generalização e abstração dos dados e fatos obtidos pelo processo prático. Tal sistematização [...] orienta [...] as investigações e experiências práticas posteriores” (Santos, 1985:26; grifos nossos). A terceira, enfim, toca diretamente às concepções sobre o próprio estatuto do Serviço Social: é a tendência de identificação operada pelos formuladores mineiros entre método científico e método profissional; o passo abriga as maiores consequências e deve ser realçado (SANTOS, 1985 apud, NETTO, 2007, p.283).

A implementação do Método BH e seu processo metodológico ocorreram na cidade de Itabira, em Minas Gerais, resultando em uma experiência significativa de extensão institucional. Essa iniciativa trouxe consigo importantes resultados, incluindo a definição clara do escopo do processo, a validação das técnicas desenvolvidas e a demonstração da relevância do pensamento crítico, conforme observado por Netto (2007). No entanto, algumas limitações foram identificadas. Uma delas estava relacionada à lacuna teórica entre os profissionais envolvidos, uma situação previamente prevista pelos criadores do Método BH. Além disso, havia a expectativa de um aprofundamento teórico durante a implementação, o que, não se concretizou.

Apesar das falhas, o Método BH tem um viés determinado à tradição marxista, apesar de seus idealismos, confirma Netto (2005). Não se deve reduzir o Método a essas limitações fragmentárias; ele representa um marco significativo no contexto do Movimento de Reconceituação Latino-Americano. Na verdade, desempenhou um papel crucial para orientar a

profissão rumo à sua atual configuração política e societária. O Método BH constitui um passo fundamental no processo de amadurecimento profissional e na evolução dos Fundamentos Teóricos Metodológicos do Serviço Social.

2.2.3 Método Básico Monserrart Colomer

Durante a década de 70, do século XX, no âmbito do Serviço Social Ibero-Americano, manifestou-se a necessidade de reformular metodologias e fundamentos. Até então, as abordagens metodológicas, em sua maioria, eram importadas dos Estados Unidos e não refletiam a realidade e o contexto latino-americano. Assim, o MRLA tornou-se o tema central para os profissionais da época, “La reconceptualización del trabajo social era el tema central que preocupaba a profesionales y a escuelas” (COLOMER, 2009, 134)

A principal crítica ao método norte-americano era o trabalho de caso, assunto abordado no primeiro capítulo do trabalho. Nessa metodologia, o indivíduo era encarado como alguém que deveria se adaptar ao meio. Dessa forma, o método promovia uma concepção de conscientização da população, sobretudo em relação às comunidades.

Neste momento surge a necessidade de método único para a atuação das Assistentes Sociais, que não fosse obsoleto como o antigo Colomer (2009), . Desse modo, no ano de 1972, através do seminário organizado pela Federación Estatal de Asociaciones de Asistentes Sociales/FEEISS, para analisar como estava o Serviço Social na Espanha, no seminário discutiram se era possível integrar os métodos. Assim:

Se elaboró un documento de base sobre la naturaleza del trabajo social, los objetivos, los postulados fundamentales, etc. También se analizó la situación del trabajo social “aquí y ahora”. El seminario había sido convocado para revisar la enseñanza de la metodología en las escuelas y para evaluar el material que se usaba. (COLOMER, 2009, p.135)

Com esse seminário fica decidido a criação de um *Método Único e Básico*, segundo Colomer (2009). Após analisar os métodos antigos, inicia-se o processo de analisar e elaborar o novo método básico. Um estudo realizado pela Organização das Nações Unidas/ONU em 1958, afirmava que o Desenvolvimento de Caso, Grupo e Comunidade, não era um método exclusivo do Serviço Social, mas sim uma aplicação de técnicas aos indivíduos e comunidade.

Dessa maneira, as profissionais das Escolas de Serviço Social espanholas, se comprometem em estudar a atuação das Assistentes Sociais em seus equipamentos “ Se

consideraba necessário reformar la programación metodológica, ya que se podía considerar como la clave de la formación profesional” (COLOMER, 2009, p.136.)

No ano de 1972, as escolas de Serviço Social que se comprometeram a trabalhar o método se reuniram e apresentaram o resultado do desenvolvimento. Esse seminário ficou marcado por trazer o esboço do Método Básico da Espanha, Colomer (2009).

Posteriormente, em 1973, ocorreu outro seminário que contou com a participação de docentes e discentes, questionando a metodologia utilizada pelas Assistentes Sociais. Eles buscaram entender se a realidade estava realmente alinhada com as discussões teóricas e se o método podia ser efetivamente aplicado à realidade. Apesar do Desenvolvimento de Comunidade ser superficial e não aprofundar no indivíduo, ele havia sido utilizado durante muito tempo, e muitos profissionais consideravam o bem-sucedido.

Além disso, a questão política do país exercia uma influência significativa em todos os questionamentos das profissionais. A Espanha passou por quatro décadas de governo ditatorial sob Francisco Franco, e após sua morte, iniciou-se um processo de transição política, semelhante ao que ocorreu em diversos países latino-americanos. Esses momentos políticos são de extrema importância para os questionamentos das profissionais nas áreas sociais, afirma Colomer (2009).

Colomer (2009) enfatiza que, para a criação de uma metodologia, é necessária uma renovação completa na forma de trabalhar e nos instrumentos utilizados, de modo que o método vá além da mera nomenclatura. Nesse sentido, Colomer dedica-se ao estudo e revisão de todo o material elaborado, chegando a conclusões importantes para a efetiva implementação do Método Básico.

Primeiramente, o Método Básico é concebido como um caminho para adquirir conhecimento teórico na profissão, sendo assim, representa uma ação profissional. Essa abordagem compreende a realidade em que se atua, indo além do aspecto teórico. Colomer (2009, p. 137) resalta que " el método de trabajo tenía un carácter operativo". Em segundo lugar, os antigos métodos não eram devidamente estudados e os aspectos metodológicos eram relegados a um segundo plano.

Seguindo sua pesquisa, Colomer (2009) destaca que as críticas aos métodos antigos eram superficiais e pouco analíticas. Esses métodos eram simplesmente aplicados à nossa realidade sem um estudo e análise aprofundados. Isso resultou em uma lacuna na compreensão da profissão. Além disso, é essencial considerar a realidade na qual a Assistente Social irá atuar,

pois esse cenário apresenta diversas complexidades e diversidades, exigindo uma atuação dinâmica e adaptável a mudanças.

Por fim, ela reconhece que as formulações do Método devem incluir a análise das necessidades sociais, o que torna o Método Básico definido como “Una estructura sistemática de procedimientos, necesaria para obtener un resultado a través de un proceso de transformación de una realidad o situación concreta” (COLOMER, 2009, p.138).

Após a elaboração do Método, era essencial que ele obtivesse reconhecimento global no campo da ação profissional. Isso deveria ser feito sempre considerando a realidade de cada região e suas particularidades, já que cada local abrange fatores que o tornam singular.

El asistente social debe tener, pues, un amplio conocimiento del contexto social en el que debe desarrollar su trabajo. Dentro de este marco general, se debe considerar la situación carência o conflictiva que presenta la persona como individuo o formando parte de grupos comunitarios. (COLOMER, 2009, p.139).

No que diz respeito à interpretação dos dados, ao contrário dos métodos antigos que utilizavam termos como "diagnóstico" e "tratamento" para a resolução de problemas específicos, tais termos não são empregados no Método Básico

No Método Básico, a interpretação de dados por parte das Assistentes Sociais deve estar em sintonia com a compreensão da situação, seja um conflito pessoal ou comunitário, como destaca Colomer (2009). Isso implica em realizar uma análise com base nas necessidades específicas apresentadas, garantindo que a intervenção profissional seja eficaz e atenda às demandas apresentadas.

Ao tratar de questões políticas, o Método não está vinculado a nenhum partido específico; entretanto, ele defende os direitos sociais, políticos e humanos da população. Dessa forma, a interpretação de dados deve considerar os fatores estruturais para compreender as causas de determinada situação e, assim, identificar possíveis formas de intervenção. É fundamental que essa análise de dados seja documentada e formalizada, tanto para facilitar o trabalho quanto por questões éticas

No que tange ao plano de trabalho, anteriormente ele seria uma forma de se obter um resultado, segundo Colomer (2009). Mas ao se tratar de Método Básico entende-se que ele não é algo tão simples e tecnicista, havendo etapas e diferenças como: Plano, programa e projeto.

O plano consiste no conjunto de metas para prever determinada ação e seus resultados, contendo objetivos, instrumentos e recursos, conforme afirma Colomer (2009). O programa, por sua vez, é uma parte mais específica e concreta do plano, enquanto o projeto representa um

estudo detalhado alinhado com o plano. Todas essas etapas são executadas por meio de planejamento, permitindo a adição, remoção e a execução completa dos elementos necessários.

O Método é totalmente integrado, o que significa que a realidade de atuação não é fragmentada. Uma consequência importante é que esse método requer capacidade de reflexão contínua, exigindo atualizações constantes para melhor compreender a realidade em questão.

Alguns dos elementos básicos do plano de trabalho são os núcleos de intervenção, Colomer (2009). Existem demandas mais imediatas que requerem estratégias de ação específicas. Com um planejamento adequado, os demais profissionais da área reconhecem e reforçam a credibilidade do método.

Tal planejamento por parte das Assistentes Sociais, determina o método através “su experiência, “su preparación, técnica y su capacidad de iniciativa lo hacen más o menos apto para desarrollar un tipo de actividades determinadas” (COLOMER, 2009, p.143).

Outro elemento essencial do planejamento reside na definição clara do objeto de ação, garantindo que este não seja concebido de forma utópica. É fundamental que o objeto seja operacionalizado adequadamente, viabilizando uma avaliação precisa do plano de ação.

O último aspecto a ser considerado são os instrumentos, técnicas e recursos. O instrumento é fundamental, pois é por meio dele que se obtém o resultado esperado. A técnica, por sua vez, é a forma habilidosa de utilizar determinado instrumento, enquanto os recursos compreendem os meios disponibilizados pelo executor do trabalho, incluindo seus conhecimentos e habilidades profissionais.

Um exemplo de instrumento importante é a documentação que pode ser compreendida como,

Ésta tiene una función interna, ya que nos permite reflexionar sobre el propio trabajo y evaluar los resultados, dando un carácter científico al trabajo social. Y cumple también una función externa a la profesión: puede ser un testimonio ante personas ajenas al trabajo social para la denuncia de problemas y situaciones carenciales (COLOMER, 2009, p.144).

A fase de execução do Método Básico pode ser descrita como a intervenção profissional em uma situação específica, conforme apontado por Colomer (2009). Seu objetivo é promover o desenvolvimento das capacidades dos indivíduos e da comunidade, alinhado com os objetivos do programa. Embora toda ação do plano seja considerada como parte da fase de execução, o trabalho direto é visto como uma fase específica dentro desse contexto.

Apesar de a execução ser orientada pelo plano de ação, ela possui flexibilidade para lidar com situações imprevistas. Por exemplo, durante uma entrevista, a abordagem utilizada pela Assistente Social pode variar de acordo com a pessoa atendida e as demandas apresentadas.

Esse cenário também se aplica quando a entrevista é conduzida em grupo, tornando a execução diferenciada.

Nesse sentido, é importante ressaltar que a execução do Método Básico é essencial para o alcance dos resultados desejados, mas deve ser adaptada conforme as particularidades de cada situação e as necessidades dos indivíduos ou grupos atendidos.

Quanto à avaliação do método, seu propósito é examinar os processos realizados, identificando o que obteve êxito, o que não foi bem-sucedido e os progressos alcançados, a fim de embasar as mudanças necessárias. Conforme Colomer (2009) destaca, essa avaliação também contribui para que a prática enriqueça a teoria.

Dessa forma, é fundamental analisar minuciosamente todo o processo, visando aprimorar cada vez mais o caráter científico da profissão de Serviço Social. Isso implica na compreensão profunda das intervenções realizadas, considerando suas nuances e impactos, permitindo o desenvolvimento de uma abordagem baseada em evidências.

Essa avaliação sistemática favorece o aprendizado contínuo e possibilita que o Serviço Social refine suas estratégias e práticas de modo a atender com maior eficácia às necessidades das pessoas e comunidades assistidas. Ao integrar a prática e a teoria, o método de avaliação fortalece a profissão, fundamentando suas ações em conhecimentos sólidos e resultados concretos.

La evaluación muestra en qué sentido se puede progresar, cuáles han sido los errores cometidos que deben corregirse y evitarse, y así actualizar los objetivos de los programas que orientan la acción. La capacidad de evaluación guarda relación directa con la madurez personal y profesional; hay que saber aceptar los aspectos que resulten negativos y valorar los positivos (COLOMER, 2009, p.145).

A avaliação é um exercício contínuo, essencial para identificar eventuais lacunas já durante a execução do plano de ação. Por essa razão, é fundamental que a avaliação seja realizada de forma periódica. Além disso, como mencionado anteriormente, todos esses aspectos contribuem para enriquecer o plano de trabalho por meio da prática profissional, conforme destacado por Colomer (2009). A autora ressalta que esse processo também resulta na elaboração de uma teoria própria para o Serviço Social, atingindo um dos objetivos fundamentais do Método Básico e deixando de lado teorias importadas dos Estados Unidos.

Graças a esse enfoque, os profissionais e as escolas de Serviço Social da Espanha puderam testemunhar a riqueza e a eficácia do Método, e sua aplicação prática tornou-se viável. Isso demonstra como a avaliação constante e a integração entre teoria e prática são cruciais para

o desenvolvimento do Serviço Social como profissão e sua adequação ao contexto específico em que é aplicado. A partir dessa abordagem, o Serviço Social adquire maior relevância e efetividade, atendendo de forma mais precisa e eficiente às demandas das pessoas e comunidades que buscam auxiliar.

Portanto, o Método Básico recebe esse nome por sua aplicabilidade em qualquer situação, conforme afirmado por Colomer (2009). Ele também é conhecido como Método Único, devido à sua abordagem semelhante em diferentes circunstâncias, sendo adaptado apenas em termos de instrumentos e técnicas utilizadas. Quando o Método Básico é publicado em uma conceituada revista de Serviço Social em 1974, é amplamente aceito pelas Assistentes Sociais, demonstrando sua relevância e eficácia.

CONCLUSÕES

Este trabalho abordou em seu primeiro capítulo a caracterização do contexto latino-americano entre os anos de 1950-1980, enfatizando o modo de produção capitalista sob o hegemonismo norte-americano. Durante esse período, o modo de produção capitalista passou por expansões e crises, influenciando as nações da América Latina. A dependência econômica e subordinação dos países do continente foram aprofundadas pela exploração de recursos naturais, mão de obra e mercado consumidor por parte das potências dominantes.

A colonização na América Latina estabeleceu a base para a exploração, especialmente por meio da escravidão do povo negro e indígena, resultando na acumulação primitiva nos países dominantes. Essa exploração continuou até o período que você mencionou, perpetuando as desigualdades econômicas e sociais na região.

A introdução do capital financeiro e o estabelecimento de monopólios intensificaram a dependência dos países da América Latina em relação aos países dominantes. Isso levou à penetração do capital estrangeiro, à desnacionalização da propriedade e à concentração da economia, afetando a capacidade dos países dependentes de desenvolverem suas próprias indústrias e tecnologias.

O contexto de imperialismo e dependência foi apoiado por aparatos ideológicos e repressivos. As potências dominantes utilizaram estratégias culturais e midiáticas para

perpetuar suas ideologias e manter a dominação econômica e política sobre os países dependentes.

O fenômeno de super imperialismo estadunidense emergiu após a Segunda Guerra Mundial, caracterizado por aspectos econômicos e político-militares. Os Estados Unidos buscaram manter seu poder econômico global através de acordos financeiros internacionais e intervenções militares em várias partes do mundo.

No entanto, essa expansão do capitalismo e da influência dos países dominantes gerou competições e confrontos geopolíticos, muitas vezes levando a crises econômicas nos países subjugados. O ciclo de acumulação de capital, penetração e dependência continuou a perpetuar as desigualdades na América Latina.

As estratégias de desenvolvimento de comunidade foram adotadas como uma tentativa de intervenção planejada nesse contexto, envolvendo profissionais de Serviço Social e outras áreas para promover mudanças sociais. No entanto, a dependência estrutural e as desigualdades persistiram, mostrando as complexidades do enfrentamento desses problemas

Em resumo, explica-se a interconexão entre a expansão do capitalismo, a dependência econômica, as estratégias de dominação das potências dominantes, os aparatos ideológicos e as tentativas de intervenção para promover mudanças sociais na América Latina entre as décadas de 1950 e 1980.

Ao analisarmos os contextos do serviço social nos três países durante as décadas de 1960 a 1980, fica evidente a presença de pontos comuns que moldaram a evolução da profissão. Um elemento fundamental foi a elaboração de teorias próprias, representando um marco significativo no desenvolvimento da prática do serviço social. Através desse processo, as docentes e profissionais vinculadas às universidades desempenharam um papel crucial, trazendo práticas e compromissos políticos distintos em relação à maioria das profissionais chilenas.

A busca pelo caráter científico da profissão também foi um ponto de convergência nos três países, conforme observado no "Método Colomer". Esse método permitiu a elaboração de teorias específicas para o serviço social, afastando-se de teorias importadas dos Estados Unidos. Tal abordagem não apenas fortaleceu a identidade profissional, mas também questionou modelos estrangeiros, um fenômeno particularmente relevante na Espanha durante a transição democrática e no contexto de ditadura na América Latina.

É notório que a profissão enfrentou desafios únicos em cada país, refletindo as realidades históricas e políticas em que estava inserida. Durante os movimentos históricos, a

categoria profissional atuou como um agente de mudança, questionando modelos importados e adaptando-se às demandas locais. Enquanto a Espanha vivenciava a transição democrática e o declínio da ditadura franquista, a América Latina se confrontava com regimes ditatoriais. Em ambos os casos, Serviço Social desempenhou um papel fundamental na reflexão crítica sobre o papel do Estado e na promoção da justiça social.

Portanto, ao examinarmos a posição do Serviço Social nos contextos históricos de Chile, Brasil e Espanha entre os anos de 1960 e 1980, fica evidente a importância das práticas locais, da elaboração de teorias próprias e do compromisso político na construção de uma identidade profissional vinculada à classe trabalhadora. As interações entre a profissão e os movimentos históricos em cada país enriqueceram não apenas a compreensão do Serviço Social, mas também contribuíram para a transformação social e a busca por uma nova ordem societária.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. **Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social**. 1996.

ACOSTA, C. M. et al. **Metodologías y métodos de Trabajo Social en 68 libros ubicados en bibliotecas de unidades académicas de Trabajo Social en Bogotá**. Bogotá: Universidad la Salle, 2003.

AGUIAR, Maria Aparecida Ferreira de, Luciano Antonio Prates Junqueira, and Antonio Carlos de Moura Freddo. "O Sindicato dos Estivadores do Porto de Santos e o processo de modernização portuária." *Revista de Administração Pública* 40 (2006): 997-1017.

ALAGOANO, Verônica Medeiros. O movimento feminista na produção acadêmica dos cursos de pós-graduação em Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**, p. 231-251, 2018.

ALTHUSSER, L. **Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado**. 3 ed. Lisboa: Editorial Presença/Martins Fontes, 1980

ALVES, Janicleide Martins de Moraes et al. **Memorial das Ligas Camponesas: preservação da memória e promoção dos direitos humanos**. 2014.

AMMANN, Safira Bezerra. **"Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil."** *Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil*. 2009

ASPEÉ, Juan Elías; **CAMPOS, José Alejandro González**. Mulheres e homens do Serviço Social no Chile. **Revista Katálisis**, v. 21, p. 178-188, 2018.

BAYANASYSTEN, **Sulamericano**, Maquina de Louco, Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=sSFFF6F-IFY>> acesso em: 20/08/2023

BAMBIRRA, Vania. O capitalismo dependente latino-americano 2. ed.

Florianópolis: Editora Insular, 2013.

BARREIX, J. La reconceptualización hoy: Trabajo Social como utopía de la esperanza. **Boletín Surá**, v. 113, 2005.

BELCHIOR, **Apenas um rapaz latino americano**, 1976, Phonogram, disponível em < <https://www.lettras.mus.br/belchior/44449/>> acesso: 20/08/2023.

CARRARA, Virgínia Alves et al. **Trabajo social en la realidad española en los años 1960 a 1980: a la búsqueda de autodefinition y reconocimiento profesional**. 2018.

COLOMER, M. **El trabajo social que yo he vivido**. Barcelona: Ed. Impulso ala acción social y Consejo General de Colegios oficiales de diplomados en rabajo Social, 2009.

COSTA, Renata Gomes da et al. **Apropriação das mulheres no Brasil: uma análise feminista e antirracista das consequências materiais do capitalismo dependente**. 2019.

DOS SANTOS, Cláudia Regina. **A cultura popular no âmbito das lutas sociais no Chile: As contradições da Unidade Popular**. *Intellèctus*, v. 9, n. 2, 2010.

GALLARDO, Ma. Angélica. **Metodologia del Trabajo Social Monterrey, Facultad de Trabajo Social - 176**

GOLPE MILITAR DE 1964, FGV, Disponível em < <https://atlas.fgv.br/marcos/revolucao-de-1964/mapas/ditaduras-militares-na-america-latina-dos-anos-1960-70>>, acesso em: 20/08/2023

GONZALEZ, Lélia, **Lugar do Negro**, Lélia Gonzalez e Carlos Hasenbelg – Rio de Janeiro: Marco Zero. 1982

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade do Serviço Social**. Cortez Editora, 2018

HARVEY, David. "O “novo” imperialismo: acumulação por espoliação." *Socialist register* 40.1 (2004): 95-126.

CFESS. **Código de Ética do/a Assistente Social**. 2011.

IAMAMOTO, M. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2010.

IAMAMOTO, M; CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo: Cortez, 2011.

IAMAMOTO, Marilda Villela; DOS SANTOS, Cláudia Mônica. **A história pelo avesso: a reconceituação do serviço social na América Latina e interlocuções internacionais.** Cortez Editora, 2021.

LEMINSKI, Paulo. **Toda poesia.** Editora Companhia das Letras, 2013

. MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da Dependência.** In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João P. (Org.). Ruy Mauro Marini: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista.** Boitempo Editorial, 2015.

MENDES, Daniela Leonel de Paula. **Serviço social e cotidiano: reflexões sobre o exercício profissional do assistente social.** 2014.

MONTAÑO, Carlos. "A natureza do Serviço Social: um ensaio sobre sua gênese e sua especificidade." (2008).

NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia Política: uma introdução crítica.** São Paulo: Cortez, 2012. v.1

NETTO, J.P. **Capitalismo monopolista e Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 1996

NETTO, J.P. **Introdução ao Estudo do Método de Marx.** São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil** pós64. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

NETTO, José Paulo. **Pequena história da ditadura brasileira (1964-1985).** Jose Paulo Netto. – São Paulo: Cortez, 2014.

O AI-5, FGV, 2021, Disponível em
<<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/AI5>>, acesso em: 14/08/2023

PEIXOTO, Rodrigo Corrêa Diniz. **Memória social da Guerrilha do Araguaia e da guerra que veio depois.** Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, v. 6, p. 479-499, 2011.

PINTO, Alexander Panéz et al. "Desalabrando" histórias: o Serviço Social e as lutas sociais no Chile (1970-1973)|"Unpacking" stories: Social Work and social struggles in Chile (1970- 1973). Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea, v. 15, n. 40, 2017.

QUIROZ, Teresa. "Algunas reflexiones acerca de los objetivos del trabajo social: antecedentes que ubican el problema." (1972).

Soares, Vera. "Movimento feminista: paradigmas e desafios." Revista Estudos Feministas 2 (1994): 11-24.

TEIXEIRA, Rodrigo José. **Fundamentos do Serviço Social: uma análise a partir da unidade dos núcleos de fundamentação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS.** 2019. 325 p. 2019. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Serviço Social)–Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.xhtml>. Acesso em: 15/07/2023

WOODS, Alan. **La gran traición- Análisis Marxistas de um testigo cular de la transición** – Primeira Edición: Septiembre 2021